

Teoria Sociológica 2

COLEÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS

Aulas 6, 7 e 8

*Coordenação*

Alba Zaluar Guimarães

Anna Maria de Castro

Roberto Osvaldo Cruz

Theo Araujo Santiago

Guy Rocher

Talcott Parsons  
e a  
Sociologia Americana

Tradução  
Olga Lopes da Cruz

Livraria Francisco Alves Editora S.A.

© 1972, PRESSES UNIVERSITAIRES DE FRANCE

Título original: *Talcott Parsons et la Sociologie Américaine*

Capa:  DIA  
design

Acervo: 164828

ex.: 930019594

IV-07

### FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ)

Rocher, Guy  
R58t Talcott Parsons e a sociologia americana; tradução de Olga Lopes da Cruz. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.  
176p. ilust. 21cm(Ciências sociais)

Do original em francês: Talcott Parsons et la sociologie américaine.

#### Bibliografia

1. Estados Unidos — Condições sociais 2. Parsons, Talcott, 1902-
3. Sociologia I. Título II. Série

76-0527

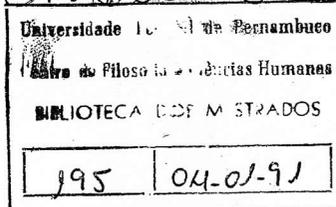
CDD — 301.0973

CDU — 301(73)Parsons,Talcott

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

1976



Todos os direitos para a língua portuguesa reservados à  
LIVRARIA FRANCISCO ALVES EDITORA S.A.

Rua Barão de Lucena, 43  
Botafogo ZC-02  
20.000 Rio de Janeiro, RJ

## Sumário

Introdução	9
Capítulo I — O “incurável teórico” da sociologia americana	11
1. Uma carreira exclusivamente universitária	12
2. Evolução da obra de Parsons	15
3. A sociologia americana entre as duas guerras	20
4. Oposição à sociologia americana	23
5. Os fundamentos epistemológicos da ciência sociológica	27
6. O problema dos valores em sociologia	31
NOTAS	33
Capítulo II — A teoria geral da ação	36
1. A noção de ação social	37
2. O sistema da ação social	39
3. Os modelos culturais, elementos estruturais do sistema de ação	41
4. As variáveis estruturais do sistema de ação	44
5. Os pré-requisitos funcionais do sistema de ação	47
6. Os subsistemas de ação	51

7. Os processos do sistema de ação	55
8. A hierarquia cibernética	57
NOTAS	59
Capítulo III — Sistema social e sociedade	60
1. A sociologia e as ciências do homem	60
2. A interação social	62
3. O sistema social e seu meio	64
4. Uma distinção de níveis	66
5. Os subsistemas da sociedade	68
6. A comunidade societária	69
7. O sistema de trocas	70
8. As mudanças de estrutura	74
9. Evolução das sociedades	77
10. A sociologia comparada	80
NOTAS	83
Capítulo IV — Os sistemas econômico e político	84
A) O sistema econômico	85
1. O subsistema econômico	86
2. A economia e a sociedade	89
3. A estrutura institucional da economia	92
B) O sistema político	95
1. O subsistema político	96
2. Político e sociedade	98
3. A estrutura institucional do político	102
Conclusão	104
NOTAS	105
Capítulo V — Estrutura e desenvolvimento da personalidade	106
1. A personalidade no sistema da ação	107
2. Os subsistemas da personalidade	109
3. A personalidade como sistema de ação	112
4. A psicologia da aprendizagem	115

5. As fases da socialização	118
6. A patologia da personalidade	125
Conclusão	126
NOTAS	127
Capítulo VI — Os ensaios empíricos	129
1. Os ensaios e a teoria	130
2. A diversidade dos estudos empíricos	134
3. A imagem da sociedade americana	147
NOTAS	151
Capítulo VII — A sociologia parsoniana: influência e controvérsias	155
1. Talcott Parsons e a sociologia americana contemporânea	155
2. O funcionalismo na teoria de Parsons	158
3. A sociologia dos valores em Talcott Parsons	162
4. Interesse e limites da teoria de Parsons	165
NOTAS	169
Bibliografia	172

## Introdução

Em 1955, François Bourricaud traduzia para o francês seis artigos de Talcott Parsons, precedidos por uma longa introdução à teoria da ação e à sociologia de Parsons<sup>1</sup>. Depois dessa data, a teoria parsoniana evoluiu; tornou-se mais precisa em certos pontos, mais desenvolvida em outros e sofreu modificações e correções. Além disto, Parsons dedicou muito tempo à aplicação de seu modelo geral a novos campos de realidade: o econômico, o político, o psicológico. Para evitar a repetição da magistral apresentação de François Bourricaud, propusemo-nos expor a teoria de Talcott Parsons tal como aparece agora em sua forma quase definitiva.

É preciso dizer que muitos preconceitos envolvem a obra de Parsons. Sendo ela extensa e difícil de ler, na maioria das vezes as pessoas se contentam em conhecê-la tão-somente através dos que a criticaram ou condenaram, principalmente Mills, Sorokin, Horowitz, Gouldner. Propagou-se, assim, uma imagem estereotipada da sociologia parsoniana que nem sempre lhe faz justiça. Nosso propósito foi o de apresentar a obra de Parsons, em seu conjunto, tal como a compreendemos, antes de proceder a qualquer discussão e crítica. Ver-se-á que nossa leitura e nossa apreciação do pensamento de Parsons nem sempre coincidem com as de outros comentadores.

Sem tentar uma sociologia da sociologia — segundo a moda vigente nos Estados Unidos — achamos necessário situar as pesquisas teóricas e empíricas de Parsons no contexto da sociologia americana. Deste modo

esclarecemos melhor o que Parsons trouxe de novo e explicamos por que foi e continua sendo alvo de numerosas críticas, exercendo ao mesmo tempo uma influência tão profunda que é freqüentemente considerado o mais típico representante da sociologia americana contemporânea. Fazemos questão de dizer, contudo, que a sociologia americana aqui apresentada foi necessariamente simplificada, pois oferece na verdade um panorama complexo e variado que seria ousado querer reduzir a uns poucos traços, como o fizemos. Enfim, para não tornar ainda mais difícil uma leitura que já o é bastante, limitamos ao essencial o número de notas.

Nossa intenção é tornar mais bem conhecida a obra de Parsons. Esperamos que ao resumi-la não a tenhamos traído, nem a tornado mais árida do que é.

#### NOTA

1. *Elements pour une Sociologie de l'Action*, Paris, Plon, 1955.

## CAPÍTULO I

### O "incurável teórico" da sociologia americana

Na dedicatória que faz à sua mulher do seu livro *The Social System*, Talcott Parsons apresenta-se como um "incurável teórico". É difícil definir melhor em duas palavras a sua carreira e o papel que desempenha há quarenta anos na sociologia americana. Se Talcott Parsons ocupa um lugar ao mesmo tempo eminente e singular entre os sociólogos americanos, é devido ao tipo de revolução teórica que realizou em uma sociologia até então dominada pelo empirismo e que perigava submergir nas areias movediças das pesquisas pormenorizadas e das monografias locais. Toda a sua obra tem um único e mesmo objetivo: elaborar um quadro conceitual e teórico destinado a conferir à sociologia o *status* de ciência autêntica, relacionando-a logicamente às outras ciências humanas. É esta intenção que dá às obras de Parsons uma unidade que, à primeira vista, não parecem ter. Que tenha surgido do seio do empirismo da sociologia americana o teórico mais abstrato da ciência social contemporânea, não é das menores e menos contraditórias surpresas. Neste aspecto, Parsons não é nem um protótipo, nem um reflexo da sociologia americana. Pelas exigências teóricas da sua construção, o nível de generalidade em que situa a sua pesquisa e a linguagem difícil que emprega, Parsons se contrapõe a quase toda a sociologia americana, com que incessantemente colide e se choca. Assim, sua obra encontrou nos meios sociológicos americanos numerosas oposições, críticas veementes e uma resistência persistente.

A sociologia de Parsons é, entretanto, estreitamente ligada à América e à sociologia americana. É a sociedade americana que serve principalmente a Parsons de objeto de reflexão e de laboratório de pesquisa, a ponto de não quererem certos críticos da sociologia parsoniana nela verem mais do que uma formulação pseudocientífica da ideologia americana. Além do mais, Parsons exerceu sua influência sobre várias gerações de sociólogos americanos, fez escola mais que qualquer um e, entre os que sofreram sua influência, encontram-se algumas das principais figuras da sociologia americana contemporânea, como Robert K. Merton, Robin Williams, Neil Smelser, Edward Shils, Robert Bellah e muitos outros.

A sociologia de Talcott Parsons se apresenta portanto como um "signo contraditório". Pertence à sociologia americana, mas nela, durante muito tempo, foi como um corpo estranho. Nela influiu sobremodo, sendo ao mesmo tempo objeto de inúmeras críticas. Pretende situar-se em nível altíssimo de abstração e de generalidade, mas é acusada de ser o reflexo da sociedade americana e sua ideologia.

Para compreender o que há de estranho, incompreensível e chocante para os Estados Unidos, na obra de Parsons, principalmente no momento em que apareceu, seria preciso voltar ao clima reinante na sociologia americana, no período entre as duas guerras. Será então possível avaliar o que de inovador e audacioso representa o pensamento de Parsons. Antes, porém, diremos quem é Parsons e indicaremos rapidamente as principais etapas de sua carreira e de sua obra<sup>1</sup>.

## 1. UMA CARREIRA EXCLUSIVAMENTE UNIVERSITÁRIA

Talcott Parsons nasceu em 1902, em Colorado Springs, no Estado do Colorado. Seu pai era pastor na Igreja Congregacionista e participava ativamente dos movimentos protestantes de reforma social conhecidos como "Evangelho Social" (*Social Gospel*). Ensinava também inglês na Universidade do Colorado, de onde se tornou decano, sendo, por fim, nomeado presidente da Universidade Marietta em Ohio. O jovem Parsons cresceu, portanto, na atmosfera protestante, de tradição puritana e reformista do meio-oeste americano do primeiro quartel do século. Ao mesmo tempo, sofreu a influência do clima intelectual de austeridade serena e comprometimento social das pequenas universidades americanas da época.

De 1920 a 1924, frequentou a Universidade de Amherst, onde se dedicou a princípio à biologia e à filosofia, com a intenção de voltar-se quer para as ciências naturais, quer para a medicina, como seu irmão

mais velho. Foi lá, no terceiro ano de Amherst, que se revelou seu interesse pelas ciências sociais, resolvendo-se afinal pelos estudos superiores em sociologia. O próprio Parsons reconhece que o reformismo social de seu pai não foi estranho à sua reorientação: o clima familiar levava-o a sentir-se atraído pelos trabalhos dos economistas conhecidos como "institucionalistas", que tentavam romper os quadros por demais estreitos da economia clássica, para estudar os fenômenos econômicos no seu aspecto institucional e nas suas relações com as outras estruturas da sociedade. O vínculo que por longo tempo uniu a sociologia americana ao reformismo social protestante se evidencia aí mais uma vez, já que se encontra na própria origem da vocação sociológica de Talcott Parsons.

Entretanto, Parsons não sentia atrativo algum pelos programas de estudos por demais empíricos que as universidades americanas ofereciam em sociologia. Sentindo-se mais inclinado para as universidades européias, aproveitou a ajuda financeira de um tio para permanecer, depois de obtido o seu bacharelado, um ano na London School of Economics. Aí conheceu os sociólogos Hobhouse e Ginsberg, o historiador Tawney, o cientista político e economista Laski e principalmente o antropólogo Malinowski, que viria a exercer nele uma influência marcante. Depois de um ano em Londres, recebeu uma bolsa para estudar na Universidade de Heidelberg (1925-1926), para onde foi com o único propósito de beneficiar-se do clima intelectual de uma dessas universidades alemãs cuja reputação e influência eram então muito grandes nos círculos universitários americanos. Aí devia firmar-se sua vocação pela ciência social sob a influência decisiva de um homem cujo prestígio não parava de crescer na Alemanha: Max Weber, já falecido havia cinco anos, quando Parsons chegou a Heidelberg. Mas a sua presença ainda era bem viva. Sua viúva Marianna Weber para isso contribuía, recebendo todos os domingos à tarde no "salão", que o jovem Parsons freqüentava. Na obra de Max Weber, Parsons encontrou, ao mesmo tempo, os elementos de um quadro analítico que lhe parecia inexistente na sociologia, uma interpretação do papel histórico do protestantismo em comparação com os das outras grandes religiões e uma explicação do capitalismo contemporâneo do qual os Estados Unidos se tinham tornado uma espécie de arquétipo.

Na Universidade de Amherst, os economistas "institucionalistas" tinham chamado a atenção de Parsons para a complexidade das relações entre as estruturas econômicas e as sociais e políticas. A leitura de Max Weber, onde encontrou a mesma problemática, estendida porém a perspectivas históricas muito mais amplas, reavivou seu interesse pelo estudo das instituições econômicas. Como tinha de escrever uma tese para seu doutorado na Universidade de Heidelberg, Parsons escolheu fazer uma análise comparada da noção de capitalismo enquanto instituição sócio-econômica nas obras de Karl Marx, Werner Sombart e Max Weber. A tese

nunca foi publicada, mas Parsons a partir dela escreveu seu primeiro artigo, que apareceu no *Journal of Political Economy*<sup>2</sup>.

De volta aos Estados Unidos, Parsons primeiro esteve um ano na Universidade Amherst como assistente (*instructor*) em economia. Em 1927 entra para a Universidade de Harvard, onde se desenvolveria toda a sua carreira de ensino e pesquisa. Ao contrário dos universitários americanos, cuja maioria muda facilmente de uma universidade para outra, Parsons deu mostra de singular permanência em Harvard. No entanto, sua estréia aí não foi encorajadora: precisou esperar alguns anos antes de obter o *status* de professor e alcançar a estabilidade.

Começa em Harvard como assistente (*instructor*) no departamento de ciência econômica, posto que ocupou de 1927 a 1931. Como ele mesmo explica, seu doutorado em Heidelberg, diferindo dos diplomas americanos, não se especializava apenas em uma das disciplinas das ciências sociais, o que lhe facultava lecionar tanto economia como sociologia. Foi durante esse período que Parsons traduziu para o inglês *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de Max Weber; aproveitou também essa temporada junto aos economistas para aprimorar seus conhecimentos, sob a direção de mestres como F. W. Taussig, T. N. Carver, Edwin F. Gay e Joseph Schumpeter.

Em 1931, Parsons passa para o departamento de sociologia, recém-criado e dirigido por Pitirim Sorokin. Continua sendo simples *instructor*, o que o mantém ainda nos mais baixos escalões da hierarquia acadêmica de Harvard. Somente em 1936 é que foi nomeado professor-assistente e, em 1939 — isto é, dois anos depois da publicação de seu importante trabalho *The Structure of Social Action* —, obteve o *status* de professor permanente.

A carreira universitária de Parsons quase não foi afetada pela guerra, ao contrário da de muitos professores de Harvard e de outras universidades americanas, convocados para servir no exército ou no governo. Foi convidado apenas pelas autoridades governamentais como professor ou como consultor temporário e principalmente chamado a opinar sobre a política a ser seguida pelos Estados Unidos para com a Alemanha do após-guerra.

Em 1944, Parsons cogita seriamente em deixar a Universidade de Harvard. Foi em grande parte para retê-lo que lhe ofereceram a direção do departamento de sociologia. Nessa nova função, Parsons encontra-se em meio a uma importante reorganização do ensino das ciências sociais. Em colaboração com o psicólogo social Gordon Allport, o psicanalista Henry Murray, o antropólogo Clyde Kluckhohn, os sociólogos George Homans e Samuel Stouffer, cria o departamento de relações sociais (Department of Social Relations), cuja finalidade é reagrupar e integrar o ensino das ciências humanas numa mesma estrutura multidisciplinar<sup>3</sup>. O novo departamento de relações sociais foi criado em 1946 e sua direção foi assumida por Parsons até 1956. Interessa ressaltar aqui o seu esforço

para realizar nas instituições universitárias a unificação das ciências humanas, o que foi, como se verá, a base de toda a sua pesquisa teórica. Há aí uma correspondência entre seus interesses teóricos e sua atividade como professor e administrador que nunca foi bastante focalizada.

Parsons acrescenta às suas funções universitárias, já bem pesadas, várias outras fora da Universidade. Primeiro é eleito presidente da Sociedade dos Sociólogos do Leste dos Estados Unidos (Eastern Sociological Society) para o ano de 1942. Em 1949, é eleito presidente da Associação Americana de Sociologia (American Sociological Association) numa época em que se encontrava em plena expansão e exigia que seu presidente lhe dedicasse muito de seu tempo. Posteriormente Parsons permaneceu sempre em atividade em diferentes funções na Associação Americana de Sociologia. Foi, em particular, o primeiro diretor da *The American Sociologists*, órgão da Associação, cujo objetivo é analisar e discutir a evolução da sociologia, tanto como disciplina quanto como profissão.

Exerceu também atividades na Associação Americana de Professores Universitários e principalmente na Academia Americana de Artes e Ciências, sendo o primeiro professor de ciências sociais a assumir sua presidência em 1967. Com o patrocínio desta Academia é que se publica a revista *Daedalus*, a qual trata sobretudo da análise da ciência contemporânea e, igualmente, das instituições de ensino superior e pesquisa. Parsons redigiu vários artigos de importância para esta revista.

Assinalemos, enfim, que Parsons foi um dos primeiros sociólogos americanos a tomar conhecimento da sociologia soviética. Na verdade, foi o primeiro a dar na URSS uma série de aulas sobre a sociologia americana em 1964, a convite da Academia de Ciências Soviética<sup>4</sup>.

## 2. EVOLUÇÃO DA OBRA DE PARSONS

Uma carreira universitária tão intensa não impediu, no entanto, que Parsons tivesse uma produção intelectual abundante. Pode-se dizer que toda sua vida foi consagrada à sua obra, obra cujas grandes linhas traçaremos antes de empreender seu estudo mais detalhado nos capítulos subsequentes.

Sem simplificar por demais, podem-se distinguir três etapas principais na evolução do pensamento de Parsons e da sua obra. A primeira é aquela em que Parsons pensa perceber os grandes temas do que ele chama uma teoria da ação social, em alguns dos principais precursores da sociologia contemporânea, notadamente Weber, Pareto e Durkheim. Numa se-

gunda etapa, Parsons trata de sistematizar a teoria da ação social, de arrolar seus fundamentos lógicos e científicos e de lhe atribuir uma universalidade maior de modo a convertê-la numa teoria geral de ação humana. No terceiro período, Parsons tenta aplicar sua teoria geral da ação aos diferentes campos de conhecimento das ciências humanas: economia, psicologia, ciência política. Foi assim levado a corrigir, e principalmente a complementar, sua teoria geral para, enfim, dar-lhe uma expressão evolucionista através da qual ele se reencontra, de modo bastante imprevisto, com as grandes formulações de Comte, de Spencer e de Sorokin.

Vejamos agora mais detalhadamente a que corresponde cada uma dessas etapas. A primeira teve o seu desfecho no volume *The Structure of Social Action* (1937), em que Parsons trabalhou durante vários anos. É evidente que o delineamento desse trabalho concretizou-se progressivamente para seu autor. Pode-se dizer que nele começou a trabalhar em Heidelberg, quando descobriu e estudou a obra de Max Weber. Foi então que pela primeira vez se inteirou da noção de ação social, como a emprega Weber, e que percebeu que essa noção poderia conter o elo teórico suscetível de reunir a economia à sociologia.

Depois, em Harvard, Parsons passou ao estudo do economista inglês Alfred Marshall, com o fim de encontrar as bases psicológicas e sociológicas sobre as quais o principal teórico da economia clássica tinha fundado sua concepção das motivações da ação humana e do mecanismo da atividade econômica. Foi levado a focalizar as insuficiências de uma psicologia e de uma sociologia que recorrem por demais simplesmente à ideologia utilitarista e liberal<sup>5</sup>.

Parsons procurou em seguida encontrar em Pareto e Durkheim o que podia corrigir e completar o modelo de comportamento econômico de Marshall. Influenciado por Lawrence Henderson, professor de fisiologia de Harvard, que se tornara o principal intérprete americano de Vilfredo Pareto<sup>6</sup>, Parsons tomou conhecimento da obra do economista e sociólogo italiano. Ao contrário de Marshall, Pareto elaborou uma análise detalhada da ação não racional que os economistas clássicos não aceitavam em seu universo de discurso. Parsons considerou-a como uma importante contribuição à teoria da ação humana. E é, ainda, em Pareto e Henderson que Parsons aprendeu a considerar a ação humana, tanto a não racional como a racional, através de um sistema e que se convenceu de que por ele deve passar toda análise verdadeiramente científica<sup>7</sup>.

Quanto a Durkheim, Parsons teve inicialmente que, segundo ele mesmo afirma, "desaprender muitas coisas falsas" que lhe tinham ensinado a seu respeito na Universidade de Amherst e, principalmente, em Londres<sup>8</sup>. Nos meios sociológicos de língua inglesa Durkheim passava por ter inventado e hipostasiado uma espécie de "espírito coletivo" (assim se traduzia em inglês a noção de consciência coletiva) para dar vida à sociedade. Era o que em geral chamavam de "falácia do espírito coletivo"

(*group mind fallacy*) de Durkheim, considerado um perigoso nominalista. Para grande espanto seu, Parsons descobriu um Durkheim inteiramente novo. A noção de consciência coletiva, longe de ser o que tinham dito, aparecia antes como a chave da explicação psicossociológica do comportamento moral e da ação social normativa. Na ordem econômica o papel que Durkheim atribuía ao contrato parecia projetar uma nova luz sobre o funcionamento das instituições econômicas modernas. Foi enfim em Durkheim que Parsons vislumbrou o jogo contrário e complementar das forças de solidariedade e desorganização social, de diferenciação e de integração<sup>9</sup>.

Foi assim que Talcott Parsons redigiu seu primeiro grande trabalho *The Structure of Social Action*, que apareceu em 1937 e que devia rapidamente consagrar sua reputação como teórico. Neste alentado estudo, Parsons reagrupou as análises de Marshall, Weber, Pareto e Durkheim, perseguindo concorrentemente três objetivos bastante diferentes. Tentava primeiro fazer o confronto das explicações dadas por cada um deles, sobre o capitalismo moderno, suas origens e sua evolução. Continuava assim a pesquisa abordada em sua tese de doutorado. Ressaltava, no entanto, uma diferença importante. Na sua tese partia da análise marxista do capitalismo, para depois compará-la às de Sombart e de Weber. Em 1937, o lugar de Karl Marx em seu trabalho é muito mais discreto e até secundário.

Num nível de generalidade mais elevado, o segundo objetivo desse livro era o de comparar a maneira pela qual Pareto, Weber e Durkheim resolvem o problema das relações entre o econômico e o social com a solução adotada por Marshall, bem como fazer a comparação das soluções propostas por Pareto, Weber e Durkheim. Esta segunda intenção não independe da primeira, segundo Parsons, para quem o capitalismo deve ser analisado e explicado como instituição econômica, vale dizer como estrutura de propriedade e de produção estreitamente dependente das estruturas sociais, dos valores, atitudes e comportamentos não econômicos. Parsons considera a explicação exclusivamente econômica do capitalismo e das estruturas econômicas em geral como insuficiente sem a contribuição da explicação sociológica. Convicção esta que Parsons exprimiu com força nos primeiros artigos que publicou entre 1928 e 1937. Em *The Structure of Social Action*, continua a refletir sobre esta questão, interrogando, a respeito, os autores com quem estuda e com quem discute. Veremos que o estudo desse problema será um dos eixos centrais da pesquisa teórica de Parsons e um dos elementos da unidade de sua obra.

Enfim, o terceiro objetivo, o mais aparente e explícito, era salientar uma "convergência" implícita no pensamento desses quatro autores para aquilo que Parsons chamava "teoria voluntarista da ação". Contra o positivismo, esses autores, segundo Parsons, afirmavam, por um lado e cada um à sua maneira, o papel da "subjetividade" na ação humana, quer dizer, os fins que a pessoa se atribui e procura, os motivos que a conduzem e

os valores que respeita e que a inspiram. Por outro lado, esses quatro autores ultrapassam assim a análise exclusivamente utilitarista, mostrando mais uma vez, cada um a seu modo, que a consecução do interesse pessoal não é o motivo único, nem mesmo o motivo dominante da ação humana. O homem formula e impõe a si mesmo normas e valores objetivos, a partir dos quais estabelece suas regras de vida e de comportamento. Assim o velho problema da racionalidade da ação humana e da relação entre os meios e os fins — que constituía o núcleo da explicação utilitarista — passa a ser exposto em termos novos que parecem a Parsons muito mais promissores.

*The Structure of Social Action* é talvez a mais citada das obras de Parsons, sem dúvida devido à amplidão e à riqueza da análise da evolução do pensamento social ocidental que contém. Para muitos, esta obra é a obra capital de Parsons, sua mais válida contribuição, senão a mais original, à teoria sociológica. Mas para Parsons era apenas um ponto de partida, sem dúvida muito importante, porém inacabado. Pois ao terminar este trabalho, Parsons impunha-se a tarefa de elaborar essa “teoria da ação” cujos elementos ele divisara nos escritos de seus predecessores. Propunha-se como objetivo explorar as inúmeras avenidas que tinham aberto, ou apenas indicado, e construir o edifício de que tinham lançado as bases.

Foi depois da publicação de *The Structure of Social Action* que se iniciou o segundo período da obra de Parsons. Vai ele procurar resolver os problemas teóricos que formulou e tentar esclarecer e pôr à prova as intuições que teve. É assim levado a publicar, durante muitos anos, uma série de ensaios sobre vários assuntos: a organização familiar, a religião, o trabalho profissional, a estratificação social, os movimentos políticos, a motivação econômica. De passagem, ressaltemos um caráter marcante da obra de Parsons, ao qual teremos de voltar: é a importância dos ensaios empíricos e dos estudos de problemas específicos na evolução do pensamento deste teórico. Disso resulta não se apresentar a obra teórica de Parsons sob a forma de tratado, mas de um modo descontínuo através de grande número de artigos, abrangendo tanto análises empíricas quanto discussões teóricas.

No período que vai de 1937 a 1950 mais ou menos, Parsons publicou uns trinta artigos onde o vemos procurar, explorando diferentes linhas, as tendências da teoria geral de que entrevira os elementos, mas que ainda precisava sistematizar. Finalmente, é nos primórdios dos anos 50 que tais pesquisas vão florescer. Em 1951 e 1953, Parsons publica três volumes que marcam uma reviravolta em sua obra, pois é então que ele apresenta de maneira definitiva os elementos fundamentais de sua teoria geral da ação. Essas três obras, *Toward a General Theory of Action* (em colaboração com Edward A. Shils, Clyde Kluckhohn e outros) (1951), *The Social System* (1951) e *Working Papers in the Theory of Action* (em

colaboração com Robert F. Bales e Edward A. Shils) (1953), devem ser lidas em conjunto, pois se completam mutuamente.

Basta aqui resumir ligeiramente os principais pontos dessa etapa, dizendo desde já que Parsons se dá conta das aumentadas dimensões da teoria geral da ação; deve ela ser bastante abstrata e geral para se aplicar a todas as formas da ação humana, não apenas à ação econômica ou propriamente social. Em segundo lugar, Parsons estabelece de um modo mais detalhado o modelo do sistema de ação; de estrutural-funcional sua abordagem torna-se sistêmica. Em outras palavras o funcionalismo parece ser para Parsons apenas a linguagem de uma metodologia mais ampla, a metodologia do modelo sistêmico. Em terceiro lugar, Parsons fundamenta sua análise sistêmica de ação sobre a base das “variáveis estruturais” (*pattern variables*) e das quatro dimensões funcionais de todo o sistema de ação. Voltaremos nos capítulos subseqüentes a cada um desses pontos.

Já que a sociologia aparece a Parsons como uma teoria particular no quadro da teoria geral da ação, restava-lhe demonstrar que a teoria geral também pode aplicar-se a outros setores da ação humana. Será esse o tema principal da terceira etapa dos trabalhos de Parsons, que o levará a continuar suas pesquisas fora da sociologia. Em 1956, em colaboração com Neil Smelser, Parsons aplica seu modelo à análise do sistema econômico em *Economy and Society*. É assim levado a lançar as bases do que ele vê como uma nova sociologia econômica e, principalmente, a acrescentar importantes elementos a seu corpo conceitual. De seus primeiros estudos econômicos, Parsons mantém a convicção de que os progressos dessa ciência, na formulação da sua problemática e de seu quadro analítico, nos autorizam a acreditar que se possam nela encontrar modalidades de análise aplicáveis a quaisquer outras formas de ação social. Veremos, em particular, que é sobre o modelo facultado pela análise econômica que Parsons desenvolve seu esquema de interação entre os sistemas e subsistemas e dos meios de troca que garantem essa interação.

Ao mesmo tempo em que prossegue seus estudos econômicos, Parsons procede da mesma maneira em outros setores da ação social, principalmente na psicologia e ciência política. No princípio dos anos 40, Parsons se interessa pela psicanálise; lê Freud a fundo e faz uma análise didática. Mesmo não sendo médico, é admitido como candidato excepcional ao Instituto Psicanalítico de Boston. A influência de Freud torna-se então predominante na evolução do pensamento de Parsons. Particularmente, Parsons procura ligar a teoria psicanalítica de Freud à teoria geral da ação que procurava desenvolver. É a esse trabalho que se dedica na série de artigos sobre a estrutura da personalidade, a aprendizagem, a socialização, a educação, a relação entre a personalidade e os meios sociais. A maioria deles foram reunidos em *Family, Socialization and Interaction Process* (1955) e em *Social Structure and Personality* (1964).

Parsons já se havia dedicado à ciência política, assim como à economia desde o início de seus estudos, inspirado principalmente por Max Weber. Volta ao aspecto político de modo intensivo depois de 1960. Antes disso, pode-se dizer que apenas tentara explicar certos fenômenos políticos que o perturbavam, como o nazismo, o fascismo, o macarthismo, a propaganda política. Depois de 1960, procura integrar a ciência política na sua teoria geral da ação. Para tal, toma o modelo desenvolvido em *Economy and Society* e aplica-o analogicamente à estrutura política, como veremos com mais detalhes. Esparsa através de grande número de artigos em período de mais de trinta anos, sua sociologia política constitui finalmente um imponente modelo, cuja evolução e principais elementos se encontram em *Politics and Social Structure* (1969).

Acrescente-se, enfim, para completar o quadro, que Parsons quis, de certo modo, fechar o círculo de sua obra formulando a interpretação da evolução geral de sociedades e civilizações. Voltando a um evolucionismo fortemente inspirado pelo do século XIX e, em particular, pelo de Herbert Spencer, Parsons tentou, por sua vez, definir as etapas sucessivas pelas quais teriam passado os diferentes tipos de sociedade. É o que encontramos no pequeno livro *Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives* (1966), completado posteriormente por outro trabalho sobre as sociedades modernas, *The System of Modern Societies* (1971).

Este rápido apanhado é apenas uma visão sucinta do conjunto da obra de Parsons. Será preciso voltar novamente a esses diferentes trabalhos para compreender as intenções do autor, a teoria que elaborou e as muitas linhas de pesquisa que explorou. Mas antes faz-se necessário situar mais aprofundadamente seus trabalhos no quadro da sociologia americana.

### 3. A SOCIOLOGIA AMERICANA ENTRE AS DUAS GUERRAS

Desde os seus primeiros artigos e mais ainda em *The Structure of Social Action*, a personalidade intelectual de Parsons se destaca do panorama sociológico americano da época. Em muitos pontos rompe com a tradição sociológica de seu país, descortina novos horizontes e delinea uma teoria que será original e discutida.

Para se apreciar a obra de Parsons, é preciso pois situá-la no contexto da sociologia americana no período entre as duas guerras. Consideremos primeiro alguns de seus traços principais para, em seguida, ver melhor como a obra de Parsons contrasta com este quadro.

O caráter predominante da sociologia americana dessa época é seu empirismo. Não um empirismo teórico ou radical, mas empirismo de fato, praticado com um fervor e um entusiasmo que tornavam a dúvida quase impossível. Havia a favor da pesquisa empírica uma predisposição muito favorável, constituída por uma "veneração" pelos fatos que não tinham sido nem falseados nem camuflados por um quadro teórico ou conceitual preconcebido. A teoria era muitas vezes assimilada à filosofia, a uma doutrina social ou ao que era chamado com desprezo "a metafísica" e apresentava-se como a estranha antítese da pesquisa científica.

Os trabalhos empíricos da sociologia americana da época pertencem principalmente a dois tipos de pesquisa: os que se atribuem à "escola de Chicago" e a série das grandes monografias urbanas.

Desde o início do século XX, a Universidade de Chicago era o mais dinâmico centro dos estudos sociológicos. A importância que aí se dava à pesquisa e o caráter fortemente empírico que a esta era imposto tornaram possível afirmar que professores, estudantes e discípulos desta universidade formavam uma verdadeira escola sociológica. Tratava-se de uma escola realmente muito livre, já que nela não havia propriamente nem teoria nem doutrina comum. O que unia os membros da escola sociológica de Chicago, ou pelo menos permitia identificá-los, era em primeiro lugar sua confiança na pesquisa sociológica e seu desejo de aplicar métodos cada vez mais rigorosos a um número cada vez maior de assuntos. Era também porque o meio urbano era seu laboratório preferido. Incentivadas principalmente por Park e Burgess, cujos nomes são identificados ao mesmo tempo com a Escola de Chicago e com a sociologia urbana americana<sup>10</sup>, essas pesquisas foram feitas não somente nas grandes cidades americanas, notoriamente em Chicago, mas também, muitas vezes, em cidades pequenas e médias. E, nos meios urbanos, eram sobretudo os aspectos conflituais e patológicos que prendiam a atenção dos pesquisadores. O problema das relações étnicas e sociais foi abundantemente tratado durante os anos 1920 e 1930 por pesquisadores como Park, Thomas, Wirth, Frazier, Hugues<sup>11</sup>. Os fenômenos de desorganização social propriamente ditos são também objeto de importantes estudos: lembremos particularmente os de Sutherland sobre a criminalidade da classe média, os de Faris e Dunham sobre as doenças mentais, os de Shaw e Mckay sobre a delinquência juvenil<sup>12</sup>.

É também à escola de Chicago que se deve a introdução de técnicas de pesquisa mais sofisticadas. A princípio, Park e Burgess tratavam mais os métodos etnológicos segundo W. I. Thomas. Em seguida, Ogburn defendeu métodos quantitativos e é por sua causa que o departamento de sociologia de Chicago tornou-se o mais avançado neste setor.

Quanto às grandes monografias que constituem o segundo tipo de pesquisa empírica, marcaram elas profundamente a sociologia americana da época, até mesmo aos nossos dias, e consumiram grande parte dos

esforços dos pesquisadores. A mais considerável dessas monografias e que continua sendo a mais celebrada é a que W. L. Warner dirigiu numa pequena cidade costeira da Nova Inglaterra. Começada em 1930, continuou por vários anos e compreende 5 volumes<sup>13</sup>. Vários outros estudos merecem menção, principalmente os de Robert e Helen Lynd<sup>14</sup> sobre uma cidade mediana do centro dos Estados Unidos, o de A. Davis, Burleigh e Mary Gardner<sup>15</sup>, sobre uma cidade sulina, o de James West<sup>16</sup> sobre uma do centro-oeste, e o de William Foote Whyte<sup>17</sup> sobre um bairro italiano de Boston.

Nas suas monografias os pesquisadores americanos não admitiam ser possível a apresentação de toda a vida americana através de uma única cidade típica. No entanto, a consideração destas monografias como representativas da vida americana parecia tentá-los, principalmente devido à falta de estudos mais globais. Daí o sucesso e a importância que essas monografias alcançaram. A maior contribuição que trouxeram à sociologia americana consiste, talvez, no fato de evidenciarem a existência de classes sociais mais estanques de que acreditavam habitualmente os americanos dessa época, e até de um regime de castas separando Pretos e Brancos no sul dos Estados Unidos.

É provável que sob a influência desses estudos empíricos restritos e feitos em profundidade, os sociólogos americanos se tenham por longo tempo recusado a escrever e falar da sociedade americana em seu conjunto e muito menos da sociedade ocidental. Formados dentro do espírito do empirismo e dos estudos monográficos, tinha considerável desconfiança em relação a qualquer generalização. Consideravam com facilidade que além das realidades imediatamente observadas, o que o sociólogo podia afirmar vinha do que chamavam pejorativamente "o impressionismo", o que não traria outro resultado senão enganar o leitor e diminuir a ciência sociológica. Assim, por escrupuloso rigor e para não trair seus métodos de trabalho, os sociólogos americanos consentiam em ter apenas visões parciais sobre a sociedade.

Em verdade, foi para um setor paralelo à sociologia que os sociólogos americanos trouxeram uma contribuição teórica positiva: a psicologia social. Como o próprio Parsons observou, "ao menos até meados deste século, a psicologia social associada ao conceito de interação simbólica foi provavelmente a mais importante contribuição americana à teoria sociológica"<sup>18</sup>. Esta escola foi sobretudo ilustrada por W. I. Thomas, Charles H. Cooley e George Mead<sup>19</sup>. A contribuição destes três teóricos versa principalmente sobre a análise das relações interpessoais, a percepção de si mesmo e dos outros que resulta dessas relações e que, ao mesmo tempo, as condiciona e, de modo mais amplo, sobre a influência do meio social imediato no desenvolvimento de personalidade individual. Assim, paralelamente a uma sociologia empírica que não resultava em nenhum quadro teórico, a psicologia social se beneficiava, ao mesmo tempo, do

progresso da psicologia individual da época e do clima protestante que reinava nos Estados Unidos, favorecendo mais a percepção individualista do fenômeno social do que a percepção coletivista.

Nessa perspectiva não é de espantar que os sociólogos americanos da época se tenham inspirado mais em Gabriel Tarde que em Emile Durkheim. Tínhamos anteriormente assinalado os preconceitos que reinavam então nos Estados Unidos a respeito de Durkheim. Por outro lado, preferiam Gabriel Tarde, sua psicologia coletiva, suas análises da imitação, sua teoria da sociedade definida como um conjunto de relações interpessoais entre indivíduos e grupos que se interinfluenciam. Quanto à sociologia alemã, foi George Simmel quem mais influenciou sobre a escola de Chicago e, de modo mais geral, sobre a sociologia americana do início do século. A partir de 1896, principalmente sob os auspícios de Albion W. Small, um dos pioneiros da sociologia americana, foram publicados regularmente artigos de Simmel no *American Journal of Sociology*<sup>20</sup>. Foi sobretudo depois de Simmel que se formou a tradição americana do estudo dos pequenos grupos, da interação entre duas ou várias pessoas e sobre os fundamentos teóricos da interação.

Um outro traço da sociologia americana da época que se pode também relacionar com o empirismo é a ausência quase completa de interesse pela história da sociologia e das idéias sociais. Confiava-se de preferência nas pesquisas empíricas que traziam um conhecimento um pouco mais preciso dos setores específicos da sociedade. Tudo mais era considerado como uma espécie de cultura supérflua da qual todo o ensino americano da época desconfiava. Preferiam que o estudante de sociologia antes lesse e absorvesse as monografias de publicação recente, do que os escritos dos precursores (Comte, Marx, Spencer, Durkheim) considerados mais como filósofos do que como cientistas, vale dizer, mais perigosamente dogmáticos que elucidativos.

#### 4. OPOSIÇÃO À SOCIOLOGIA AMERICANA

Tais são, excessivamente resumidos, sem dúvida, alguns dos traços principais que caracterizam o clima intelectual da sociologia americana de entre as duas guerras. Parsons, muito mais voltado para a abstração do que para a pesquisa empírica, interessando-se apaixonadamente pela história das idéias e das doutrinas, devia, bem cedo, destacar-se entre seus colegas sociólogos. O primeiro indício pelo qual manifestou sua originalidade desde suas primeiras publicações reside no fato de se ter inspirado

exclusivamente nos pensadores europeus, pouco ou mal conhecidos nos Estados Unidos. Foi ele principalmente quem divulgou entre os americanos o pensamento de Max Weber, de quem foi o primeiro tradutor e comentador em inglês. Também foi ele quem mais contribuiu para a reabilitação de Durkheim nos Estados Unidos. Ao contrário da maioria dos sociólogos americanos da década de 1930, Parsons viu em Durkheim não um filósofo ou um ideólogo mas um autêntico homem de ciência, talvez o mais genial precursor da sociologia moderna. Apresentou e analisou a obra de Vilfredo Pareto com uma clareza e uma maestria que ainda não foram iguais<sup>21</sup>. Em suas pesquisas econômicas, Parsons recorre ao economista inglês H. Marshall, que considera o principal teórico da ciência econômica contemporânea, sendo, ao mesmo tempo, aquele cuja obra mais se presta a uma discussão sociológica. Quanto a Marx e aos socialistas, é difícil dizer com precisão o que deles conhecia Parsons, mas é evidente que conhecia bastante uma parte da obra de Marx, já que a ela se refere muitas vezes em seus primeiros artigos e em *The Structure of Social Action*. Hoje em dia, se avalia mal quão heterodoxo poderia ser um sociólogo americano da década de 1930 que tivesse lido Marx e o discutisse.

Os outros autores a que Parsons se refere na fase inicial de sua obra são Tönnies, Simmel, Mauss, Halbwachs, Piaget, Malthus, Malinowski. Durante muito tempo não o perdoaram por não ter feito referência a qualquer sociólogo americano em *The Structure of Social Action*. Foi apenas depois desta obra que ele começou a mencionar Cooley, Thomas, Mead como tendo contribuído para a sociologia contemporânea, e que se interessou cada vez mais pelos seus trabalhos. Mas os nomes desses três autores nem mesmo no índice onomástico de *The Structure of Social Action* aparecem.

A primeira imagem que Parsons deu de si mesmo é, portanto, a de um sociólogo cujas fontes intelectuais eram exclusivamente européias. Essas influências européias não eram apenas alemãs, o que acontecia com muitos intelectuais americanos de sua época, mas também francesas, inglesas e italianas. É que, de início, Parsons se situa logo nas grandes correntes do pensamento social dos dois últimos séculos. De preferência aos primeiros sociólogos ou aos precursores da sociologia, Parsons filiava-se principalmente ao pensamento tradicional dos filósofos ingleses: Hobbes, Locke, Mills, aos quais contrapunha, por um lado, a corrente idealista e historicista alemã que tinha estudado através de Hegel, Dilthey, Sombart, Weber e, por outro lado, o positivismo de Comte, Marx e Spencer. A influência de Hobbes e dos filósofos ingleses foi muitíssimo grande sobre seu pensamento. É com base neles e segundo seus termos que examina os problemas da permanência da sociedade, dos fundamentos da vida coletiva, das estruturas elementares da ação humana, das motivações que servem de apoio à solidariedade, à integração e à evolução das sociedades.

São, sem dúvida, estas preocupações intelectuais, que se encontram na origem do antiempirismo, que contribuíram, mais que qualquer outra coisa, para distinguir Parsons dos outros sociólogos americanos da época. Pode-se dizer de Parsons que ele é inteiramente antiempirista quanto ao plano metodológico. Não que ele despreze a pesquisa empírica em si: respeita os trabalhos de seus colegas, a sofisticação de seus métodos, a preocupação e o rigor das técnicas empregadas. Sendo pouco versado em métodos de pesquisa, o que ele mesmo confessa, nunca foi visto, no entanto, criticando ou desprezando os que prestam às técnicas de pesquisa uma atenção e um cuidado que muitos outros censuraram. Parsons, pelo contrário, fez questão de várias vezes render-lhes homenagem, tendo-se servido da pesquisa empírica em diferentes ocasiões em sua carreira.

Sua crítica é outra. Parsons acredita que a ciência não se satisfaz somente com a pesquisa empírica; ela precisa ser enquadrada por um pensamento teórico que fornece as intuições, as hipóteses, as relações lógicas, as interpretações explicativas e, finalmente, os fundamentos da previsão científica. Por várias vezes Parsons se insurgiu contra uma concepção de ciência que vê nos "fatos brutos" acumulados pelo pesquisador uma transposição exata da realidade. Mostra com razão que o que se chama um fato já é uma reconstrução da realidade realizada através de imagens conscientes ou inconscientes, conceitos ou teorias. A obra do teórico consiste em explicitar o aparato conceitual que emprega o observador na percepção ou na coleta dos fatos e em lhe dar uma formulação estritamente lógica, de modo a fornecer-lhe um alcance cada vez mais universal.

Aos olhos de Parsons, a ciência econômica é, de todas as ciências sociais, a mais avançada do ponto de vista teórico. Porque soube reduzir as margens da incerteza no comportamento humano, concentrando-se sobre os comportamentos racionais em um campo determinado de atividades, a ciência econômica pôde elaborar modelos lógicos baseados ao mesmo tempo sobre a dedução e a indução, sobre a observação dos fatos e a análise lógica. Por isso é que Parsons tem o maior respeito pela ciência econômica, convencido de que pode fornecer à sociologia elementos exemplares de análise. De fato, começa sua carreira a partir da ciência econômica e a ela volta vinte e cinco anos mais tarde, para nela se inspirar definitivamente.

O interesse que demonstra pela teoria econômica é um outro traço que o isola e o singulariza no seio da sociologia americana. Os sociólogos americanos, em geral, têm manifestado uma indiferença espantosa para com a ciência econômica, a qual ignoram na maioria dos casos, enquanto têm, com frequência, um conhecimento profundo da psicologia e principalmente da psicanálise. Interessando-se tardiamente por esta última, Parsons conservou pela economia um interesse pouco comum nos sociólogos americanos.

Não se terá, no entanto, mais que uma visão parcial da obra de Parsons se se levarem em conta apenas seus trabalhos teóricos. Podem-lhe também ser creditadas inúmeras análises empíricas. Embora se declare um teórico inveterado, recusa-se a ser considerado apenas como um teórico: salienta várias vezes que, na sua obra, há toda uma parte empírica que lhe é essencial. Mas a maior parte do que ele chama suas análises empíricas apresenta-se de maneira tão singular que, ainda aí, Parsons rompe com a sociologia americana de sua época. Vemos, na realidade, três tipos de pesquisas empíricas das quais tratou. Primeiro, ao contrário do que se diz dele muitas vezes, fez pesquisas empíricas utilizando os instrumentos habituais das pesquisas sociológicas: entrevistas, questionários, observação participante, análise dos dados quantificados. Citemos, em particular, um estudo da carreira médica, outro das aspirações da juventude americana e outro do meio universitário. Não foi, entretanto, através desse tipo de pesquisa empírica que Parsons se singularizou e sim pelos dois outros.

Em um segundo gênero de análises, que seriam mais propriamente ensaios que pesquisas, Parsons tentou refletir sobre certos grandes problemas da sociedade contemporânea. Seu interesse pelas estruturas, a evolução e as crises da sociedade industrial moderna nunca arrefeceu e o levou a explorar grande quantidade de assuntos diferentes. Assim, não foi por coincidência que o ponto de partida de seus trabalhos se prendeu a uma série de indagações sobre o capitalismo. Dissemos que quando Parsons dedicou-se à leitura de Marx, Sombart, Weber, Pareto e Durkheim queria, antes de mais nada, comparar suas interpretações do surgimento das estruturas e da história da sociedade capitalista. Em seguida, Parsons continuou a análise dos diferentes aspectos da sociedade contemporânea. Uma grande parte de sua obra compreende, como veremos adiante, um impressionante conjunto de análises de quase todos os aspectos da sociedade industrial moderna. Poderemos, aliás, esboçar as grandes linhas desta sociedade, tal como se depreendem dos artigos empíricos de Parsons. Ele mesmo notou que "é relativamente raro, pelo menos nos Estados Unidos, que os pesquisadores de ciências sociais apresentem sua análise e sua interpretação dos principais aspectos da sociedade global em que vivem. Dá-se o fato principalmente com sociólogos, ao contrário dos economistas que, nos últimos anos, têm feito tentativas notáveis para a explicação de suas sociedades"<sup>22</sup>. Parsons é precisamente um dos raros sociólogos americanos do pós-guerra que não temeu ultrapassar os limites das restritas pesquisas empíricas para oferecer a um público maior os frutos de suas observações e de sua reflexão.

A terceira forma de empirismo que Parsons reivindica para si é talvez a mais extraordinária. Ao apresentar *The Structure of Social Action*, Parsons repete várias vezes que se serviu de um método empírico. Seu campo de observação não era nem uma cidade nem uma indústria em

particular e sim o pensamento de certo número de autores que tomava como um dado objetivo, do qual procurava destacar os temas principais para enfim sublinhar o que havia de comum, subjacente às diferenças facilmente observáveis. Adotando autores cujas vidas tinham sido completamente autônomas umas das outras, Parsons queria mostrar por esse modo, ainda com mais força, a convergência que pensava ter percebido nas suas análises dos fundamentos da sociedade, das relações entre a pessoa e a sociedade e nas suas definições da relação social. As obras de Durkheim, Weber, Pareto e Marshall eram assim para ele "fatos" que procurava relacionar, com a maior verdade possível, isto é, sem falsear o pensamento dos autores, e desejava em seguida interpretar ou reinterpretar segundo um novo quadro de pensamento, a teoria geral da ação que, a seu ver, correspondia à intenção profunda desses autores.

Diante de seus críticos Parsons podia sustentar que sua própria obra teórica se inspirava na tradição empírica americana, porque apresentava um caráter que ele chamou de "pragmático". No entanto, não se sabe ao certo se essa maneira de interpretar sua obra conseguiu convencer os que censuravam seu esoterismo.

## 5. OS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA CIÊNCIA SOCIOLOGICA

Outro ponto que distingue Parsons de seus colegas sociólogos americanos dos períodos de entre e pós-guerra é o interesse que tem pelos problemas metodológicos e epistemológicos. Não considera, como os demais, que a sociologia tenha um objeto de estudo que possa conhecer e que lhe seja, de algum modo, assegurado ou garantido. Nitidamente influenciado por Max Weber, tanto na maneira de apresentar o problema como de resolvê-lo, faz indagações sobre as relações do sociólogo com seu objeto de estudo e sobre a validade do conhecimento sociológico. Mais precisamente Parsons levanta dois problemas metodológicos: as bases epistemológicas da sociologia enquanto disciplina científica e o papel dos valores no conhecimento sociológico. Acompanhemos Parsons nessas duas questões.

No que diz respeito à primeira, digamos logo que o fio condutor que se encontra do princípio ao fim de sua obra é, por certo, a fé em uma sociologia científica. Quanto a isto não hesita nem se contradiz jamais. A sociologia deve tornar-se uma ciência e impôs-se a tarefa de fazê-la ascender a esta *status*. Esta é, essencialmente, a vocação que atribuiu

à sua vida e à sua obra, e da qual nunca se afastou desde os seus primeiros estudos até os mais recentes.

Mas interessa definir o que Parsons entende por caráter científico da sociologia. Para começar, como já vimos, o empirismo radical é, a seus olhos, uma falsa ciência ou, ainda, uma ilusão científica, pois, na realidade, é o contrário do autêntico espírito científico. De qualquer modo, o empirismo radical não é possível; o conhecimento dos fatos implica a utilização de conceitos, categorias, classificações, quando não de uma teoria. É preciso, pois, denunciar os que pretendem retirar da leitura direta dos fatos um conhecimento tido como científico. Parsons vê nesse falso positivismo uma espécie de traição tanto da intenção como do procedimento científicos.

Para Parsons, a ciência é essencialmente "analítica", o que significa na sua linguagem que ela reconstrói a realidade por meio de símbolos conceituais que não se devem confundir com a realidade concreta. Os símbolos conceituais não são apenas meros reflexos do universo objetivo: são elaborados ao selecionarem na realidade certos traços, certos elementos que se tornam privilegiados servindo para estruturar a percepção e o conhecimento das coisas. A estrutura mental de que os símbolos facultam a construção nada mais é, por fim, senão um aspecto particular da realidade objetiva. E, portanto, não se deve exigir do conhecimento uma adequação perfeita entre a realidade objetiva e a estrutura conceitual, pois a segunda é uma construção mental que resulta, consciente ou inconscientemente, de uma operação analítica que consiste em escolher certos elementos e os privilegiar em detrimento de outros.

Por outro lado, este trabalho analítico não resulta senão em "ficções úteis", como Max Weber parece acreditar na sua construção dos tipos ideais. Parsons definiu sua posição epistemológica pelo que chama *o realismo analítico*<sup>23</sup>. Por isto entende que se a representação mental não é um puro reflexo da realidade, já que é dela uma reconstrução, não é tampouco uma traição. Ela capta os aspectos da realidade de um modo eficaz, pois há sem cessar um vaivém entre o conceito e a realidade, de modo que a representação mental se ajusta sem cessar e por meio de retoques às imagens que a realidade lhe devolve. Este realismo analítico constitui a base epistemológica sobre a qual Talcott Parsons fundamenta a sua fé no conhecimento científico. Porque o conhecimento é analítico e porque esta análise corresponde a certos aspectos da realidade objetiva, o homem pode confiar no conhecimento cada vez menos aproximativo que elaborou.

Uma condição se impõe: o conhecimento que se chama científico, só tem validade na medida em que foi adquirido segundo os cânones do método científico. Estes, no decorrer dos últimos séculos, têm sido elaborados de maneira rigorosa. Provou-se e ainda diariamente se prova que apenas eles podem alcançar um conhecimento eficaz da realidade,

quer dizer, um conhecimento que se prova porque permite o controle, a manipulação e a previsão. Parsons acredita firmemente que a sociologia deve se construir pela aplicação rigorosa dos mesmos cânones e que é apenas por este meio que lhe é possível adquirir um *status* entre as disciplinas científicas. Nisto Parsons se opõe com igual firmeza a duas correntes de pensamento herdadas do século XIX e que, segundo ele, retardam o progresso científico da sociologia: o historicismo e o behaviorismo.

A escola historicista, muito poderosa na Alemanha, considerava a ciência social como impossível, já que a história humana é feita de acontecimentos singulares e não repetitivos e que cada civilização é em si uma unidade irredutível a qualquer outra, singular na sua estrutura, em seu espírito e, bem assim, na sua história. A própria ciência social tornava-se então história, pois que sua vocação era relatar e explicar o particular, sem esperar jamais formular qualquer generalização quer sob forma de lei, quer de teoria geral.

Subscrevendo a linha de pensamento de Max Weber, que tentou sair da dicotomia kantiana entre ciências da natureza e ciências do espírito, chegando a corrigir Weber que se manifestou um tanto inclinado para o historicismo, Talcott Parsons incumbiu-se de demonstrar a possibilidade e a necessidade de uma teoria geral para o conhecimento da sociedade e de sua história. É neste ponto que a obra de Parsons demonstra toda a sua ambição, já que deve ser no espírito de seu autor a elaboração de uma teoria geral cuja validade explicativa se estenda a todo o campo da ação humana. Por várias vezes opuseram a Parsons as chamadas teorias intermediárias (*theories of the middle range*), das quais Robert K. Merton foi o principal intérprete. Segundo este último, a sociologia ainda não está capacitada para a elaboração de uma teoria geral, mas é possível erigir teorias limitadas, válidas para certos setores da realidade social, por exemplo, uma teoria dos pequenos grupos, uma teoria das organizações sociais, uma teoria da comunicação. Parsons vê nestes excessos de timidez uma falta de confiança no procedimento científico, já que, para ele, as teorias intermediárias filiam-se necessariamente a uma teoria geral onde elas encontram o quadro conceitual de referência que lhes é essencial, que deve ser o mesmo para todas e que as deve relacionar umas às outras. Veremos quanto Parsons quis respeitar esta exigência, considerando a teoria sociológica como uma teoria particular que se inscreveria no quadro de uma teoria geral.

Talvez mais que qualquer outro sociólogo, Parsons portanto afirmou, por um lado, a mais radical oposição ao historicismo social e, por outro, as exigências teóricas resultantes do caráter rigorosamente científico que pretenda conquistar a ciência do homem.

Desta posição resulta para Parsons que não há solução de continuidade entre as ciências da natureza e as ciências do homem. Os mesmos cânones de método científico se aplicam tanto numas como noutras, por-

que todas se apóiam igualmente sobre os mesmos postulados epistemológicos — o do realismo analítico. Esta unidade do conhecimento científico se exprime de um modo que se torna fundamental na obra de Parsons, isto é, a *universalidade da noção de sistema*. O único meio de reconstruir mentalmente de maneira conceitual e teórica a estrutura de qualquer realidade, seja ela qual for, é considerá-la como constituindo um sistema, no sentido mais estrito do termo. Vejamos rapidamente, por ora, que a noção de sistema implica para Parsons a interdependência dos elementos que formam um todo unido, no qual movimentos e mudanças não podem se processar de modo desordenado nem ao acaso, sendo fruto de uma interação complexa, da qual resultam estruturas e processos. Desde o começo de sua obra, Parsons afirma a necessidade da abordagem sistêmica no conhecimento científico; a sociologia e as outras ciências do homem progrediram na medida em que elaboraram uma percepção sistêmica do campo de realidade abraçado por cada uma. A noção está tão enraizada na obra teórica de Parsons, e foi objeto de tantos ataques, que será preciso discuti-la posteriormente. Por ora, basta ressaltar que a noção de sistema é, para Parsons, o eixo principal da análise científica e que, por conseguinte, não é possível que a sociologia a dispense.

Ao mesmo tempo em que afirma o caráter científico da sociologia, opõe-se a uma segunda definição das ciências do homem que, ao contrário do historicismo, privilegia exclusivamente o conhecimento objetivo e exterior da realidade. O behaviorismo é seu representante mais típico e Parsons faz questão de dele distanciar-se. Querer estudar o comportamento do homem só do exterior, nos gestos e sinais que oferece a um observador que procura nada ler além do que observa e registra, é negar todo um lado da realidade social que constitui um conjunto de fatos tão verdadeiros e tão reais quanto os que se podem observar do exterior. A motivação do sujeito que age, as idéias e imagens de que se inspira, os sentimentos que o animam, os ideais que persegue, as angústias e receios que o consomem são outros tantos elementos que é preciso fazer entrar em um modelo explicativo dos comportamentos observáveis.

Uma das primeiras contribuições de Parsons, sobretudo em *The Structure of Social Action*, foi a de fazer sobressair que na sua ação o homem se propõe metas, exprime vontades, obedece a motivações e que uma teoria geral da ação humana deve poder integrar todos estes elementos da realidade. Finalidade, vontade, motivação não se prestam mais à análise científica que os reflexos condicionados estudados por Pavlov. Basta para tanto reconhecer que o estudo da objetividade no objeto não é uma traição da objetividade no pesquisador. Em psicologia, o behaviorismo se tinha erigido em oposição a uma psicologia que confundia a subjetividade do sujeito-objeto e a subjetividade do sujeito-pesquisador, e acreditava que a introspecção era a única forma de exploração das profundezas subjetivas do ser psicológico. A partir do começo do século a

psicanálise demonstrou amplamente a validade de um conhecimento objetivo da subjetividade e a utilização terapêutica que dele se pode fazer.

Em verdade, os cânones do método científico nunca negaram a possibilidade de conhecer o interior da realidade observada. Se as ciências naturais mantiveram uma distinção radical entre subjetividade e objetividade, é porque seus objetos de estudo não têm subjetividade, ou, ainda, porque não é possível penetrá-lo, por exemplo, nos animais. Adotar para as ciências do homem a mesma distinção radical não é imitar as ciências da natureza, é, antes de tudo, não considerar a realidade tal qual é.

## 6. O PROBLEMA DOS VALORES EM SOCIOLOGIA

Foi partindo desta concepção do conhecimento científico que Parsons colocou e discutiu a questão das relações entre a sociologia e os valores, muito antes que o problema tivesse sido tão apaixonadamente debatido quanto é agora na sociologia americana. Para Parsons, que se inspira muito em Max Weber quanto a isto, existem relações complexas, fatos ao mesmo tempo de independência e interdependência entre a sociologia como disciplina científica e o universo dos valores do sociólogo<sup>24</sup>.

Inicialmente, a pesquisa científica exige do pesquisador um compromisso com certos valores: os do universo científico definido com uma subcultura. Não se pode negar que o universo científico comporta uma ética particular à qual o pesquisador deve submeter sua ação enquanto pesquisador. Deve, por exemplo, aceitar a primazia da verdade e da honestidade intelectual na pesquisa. Deve ainda ser fiel a certos cânones do procedimento científico. A interiorização desta ética é um dos aspectos essenciais da formação do pesquisador e da institucionalização da ciência sob forma de associações ou de sociedades científicas e, bem assim, de laboratórios ou de centros de pesquisa. Esta moral do universo científico interiorizada e institucionalizada constitui o primeiro e principal fundamento da independência da pesquisa para com os outros valores da sociedade. O pesquisador deve aceitar em seu trabalho profissional dar prioridade aos valores do universo científico sobre os outros valores da sociedade. É isto que pode levar o estudioso, por exemplo, a abandonar sua nacionalidade ou até suas pesquisas para salvaguardar sua liberdade de pesquisador. Assim sendo, o fato de pertencer ao universo cultural da ciência cria certa distância mental entre o que a ele pertence e a sociedade. No caso das ciências sociais, esta distância é essencial, pois é sobre ela que se fundamenta a possibilidade de uma objetividade sem-

pre relativa porém sempre procurada, do pesquisador em relação à sua sociedade ou à sociedade que estuda.

Esta independência em relação aos valores da sociedade é sempre acompanhada, no entanto, de uma interdependência. A escolha dos problemas que interessam ao pesquisador — sobretudo o das ciências do homem — permanece sempre condicionada, ao mesmo tempo, pelos valores do pesquisador e pelos da sociedade de que faz parte. O cientista pertence a um período histórico dado, a uma civilização particular, a grupos de vários tipos que o moldam e pelos quais continua a se definir como cidadão e como pessoa humana. O pesquisador não pode romper todos os laços sociais e culturais que o prendem à sociedade e a certos grupos, nem se deve querer que os rompa, pois é, em geral, nesses laços que ele vai buscar os valores e as finalidades sobre os quais se apóiam a motivação e o interesse para as pesquisas que realiza.

Se os valores intervêm na seleção dos problemas, não devem ter nenhuma interferência na pesquisa em si. Deverá ser guiada apenas pelos cânones do método científico que o pesquisador se comprometeu a seguir. São eles que o protegem, embora nunca totalmente, da enorme influência de seus próprios julgamentos de valor sobre seus julgamentos de realidade. É deste modo que os cânones podem assegurar ao pesquisador uma relativa independência em relação aos valores sem, no entanto, impedir que os valores que lhe inspiraram tal pesquisa particular continuem a motivá-lo. Parsons acredita profundamente que a objetividade assim definida como uma espécie de distância mental entre o pesquisador e seu objeto é o próprio penhor do respeito que a ciência inspira na sociedade moderna e do crédito que lhe é concedido.

Este procedimento objetivo do pesquisador não exclui entretanto uma outra forma de interdependência com o universo dos valores, peculiar às ciências do homem. Já que o objetivo de estudo são pessoas humanas, a participação com os valores dos grupos estudados é essencial. Neste sentido é que Parsons vê na *Verstehen* de Max Weber *uma forma de comunicação*: o pesquisador deve partilhar dos próprios sentimentos de seus sujeitos-objetos, se quiser compreender e explicar suas ações e suas motivações. Mas, como insiste Parsons, a participação deve ser limitada: limitada primeiro porque a comunicação pode se estabelecer a partir de certos valores sem que o pesquisador precise se comunicar com toda a cultura, nem participar de toda a sociedade; limitada, ainda, porque a participação do pesquisador no universo cultural da ciência obriga-o a guardar uma distância mental para com os valores de que participa e pelos quais se comunica.

Vemos portanto que Parsons não nega uma certa importância aos valores sociais na pesquisa científica, particularmente nas ciências do homem. Mas coloca no ponto de partida o postulado da existência de um universo cultural da ciência que isola o pesquisador, separa-o dos outros

e singulariza sua vocação. De acordo com Parsons, o sociólogo não deve deixar-se absorver inteiramente pela cultura da sua sociedade porque deve sempre conservar, no seu universo mental, o lugar necessário à subcultura da ciência: este desdobramento é o preço que o sociólogo paga para aspirar ao título de pesquisador científico. Apesar de imerso em uma civilização e em uma história, o sociólogo pertence ao mesmo tempo a uma subcultura que lhe impõe regras de pensamento, procedimentos intelectuais e valores que acarretam nele uma certa reserva, uma espécie de individualidade que o particulariza.

Este particularismo do cientista é o fundamento da objetividade, mesmo relativa, que procura; é também a fonte da credibilidade que lhe é concedida. Mas este *status* é merecido por uma sublimação à qual o homem de ciência aceita submeter seus pensamentos e sua vida pessoal. Para Parsons, a ciência é uma vocação, no sentido mais verdadeiro do termo, e pode-se dizer que Parsons pela sua vida inteira quis prestar testemunho desta vocação e ser-lhe fiel.

## NOTAS

1. Parsons redigiu sua autobiografia e salientou as grandes linhas de seu itinerário intelectual em "On Building Social System Theory: A Personal History", *Daedalus*, 99 (outono de 1970), 4, pp. 826-881.
2. "Capitalism in Recent German Literature: Sombart and Weber", *Journal of Political Economy*, 36 (1928), pp. 641-661 e 37 (1929), 31-51.
3. Parsons explica o sentido e o alcance dessa experiência para o ensino e a pesquisa em ciências humanas, no artigo "Graduate Training in Social Relations at Harvard", *Journal of General Education*, 5 (1951), pp. 149-151. Essa inovação, porém, não se propagou como esperavam Parsons e seus colaboradores.
4. Apresenta um relatório da visita à Rússia no seu artigo: "An American Impression of Sociology in the Soviet Union", *American Sociological Review*, 30 (fevereiro, 1965), I, pp. 121-125.
5. "Wants and Activities in Marshall", *Quarterly Journal of Economics*, 46 (1931-1932), pp. 101-141 e "Economics and Sociology: Marshall in Relation to the Thought of His Time", *Quarterly Journal of Economics*, 46 (1931-1932), pp. 316-347.
6. L.J. Henderson, *Pareto's General Sociology: A Physiologist's Interpretation*, Cambridge, Harvard University Press, 1935. Ver também L.J. Henderson on *the Social System*, publicado sob a direção de Bernard Barber, Chicago, Chicago University Press, 1970.

7. Talcott Parsons, "Pareto", em *Encyclopedia of the Social Sciences*, 1933, vol. II, pp. 576-578; "Pareto's Central Analytical Scheme", *Journal of Social Philosophy*, I (abril, 1936), 3, pp. 244-262.
8. *On Building: Social System Theory: A Personal History*, p. 828.
9. Ver particularmente Talcott Parsons, "Durkheim's Contribution to the Theory of Integration of Social Systems", em *Sociological Theory and Modern Society*, cap. 1.
10. Sobre a Escola de Chicago e o papel nela desempenhado por Robert E. Park e Ernest W. Burgess, consulte-se principalmente o estudo de Robert E.L. Faris, *Chicago Sociology*, São Francisco, Chandler Publishing Company, 1967.
11. R.E. Park, *Race and Culture*, Glencoe, Ill, The Free Press, 1950; W.I. Thomas e F. Znamiecki, *The Polish Peasant in Europe and America* (5 vols.), Boston, Richard D. Badger, 1920; Louis Wirth, *The Ghetto*, Chicago, University of Chicago Press, 1928; F.E. Frazier, *The Negro Family in United States*, Chicago, University of Chicago Press, 1939; Everett C. e Helen M. Hugues, *Where People Meet: Racial and Ethnic Frontiers*, Glencoe, Ill., The Free Press, 1952.
12. E.H. Sutherland, *The Professional Thief*, Chicago, University of Chicago Press, 1937, e *White Collar Crime*, Nova Iorque, Dryden, 1949; F.M. Thrasher, *The Gang*, Chicago, University of Chicago Press, 2.ª ed., 1936; R.E.L. Faris e H.W. Dunham, *Mental Disorders in Urban Areas*, Chicago, University of Chicago Press, 1939; C.R. Shaw e H.D. McKay, *Social Factors in Juvenile Delinquency*, Washington, U.S. Printing Office, 1939, e *Juvenile Delinquency in Urban Areas*, Chicago, University of Chicago Press, 1942.
13. O conjunto dos cinco volumes geralmente conhecidos como Yankee City Series foi condensado pelo próprio Warner num trabalho intitulado *Yankee City*, Nova Iorque, Yale University Press, 1936.
14. Robert S. Lind e Helen M. Lind, *Middletown, A Study in American Culture*, Nova Iorque, Harcourt, Brace and World, 1929, seguido de *Middletown in Transition. A Study in Cultural Conflicts*, mesmo autor, 1937.
15. A. Davis, Burleigh e Mary Gardner, *Deep South*, Chicago, University of Chicago Press, 1941.
16. James West, *Plainville, USA*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1945.
17. William Foote-Whyte, *Street Corner Society*, Chicago, University of Chicago Press, 1943.
18. Talcott Parsons, "Cooley and the Problem of Internalization", em *Cooley and Sociological Analysis*, publicado sob a direção de A. J. Reiss Jr., Ann Arbor, University of Michigan Press, 1968, p. 48.
19. W.I. Thomas, *On Social Organization and Social Personality: Selected Papers*, apresentação de Morris Janowitz, Chicago, University of Chicago Press, 1970; C.H. Cooley, *Human Nature and the Social Order*, Nova Iorque, Charles Scribner's Sons, 1902; G.H. Mead, *Mind, Self and Society*, Chicago, University of Chicago Press, 1934, traduzido para o francês por J. Cazèneuve sob o título de *L'Esprit, le Soi et la Société*, Paris, Presses Universitaires de France, 1963.
20. Uma parte da obra de Simmel foi traduzida para o inglês por K.H. Wolff em *The Sociology of George Simmel*, Glencoe, Illinois, The Free Press, 1950. Na sua introdução há uma lista dos trabalhos de Simmel traduzidos para o inglês e também uma bibliografia de estudos americanos sobre Simmel.
21. Guy Perrin afirmou ser "difícil conceber uma apresentação mais clara e mais precisa das engrenagens essenciais ao funcionamento do mecanismo paretiano" do que a feita por Parsons (*Sociologie de Pareto*, Paris, Presses Universitaires de France, 1966, p. 4).

22. Talcott Parsons, "Distribution of Power in American Society", em *Politics and Social Structure*, p. 185.
23. Ver, em particular, a esse respeito, *The Structure of Social Action*, cap. XIX, principalmente pp. 728 a 731.
24. Parsons explicou-se sobre o assunto principalmente em seu artigo "Evaluation and Objectivity in Social Science: An Interpretation of Max Weber's Contributions", em *Sociological Theory and Modern Society*, cap. 3.

## CAPÍTULO II

### A teoria geral da ação

Talcott Parsons elaborou progressivamente uma concepção de sociologia, da sua importância e de seu conteúdo, bastante singular. Poucos sociólogos se preocuparam tanto quanto ele em delimitar os contornos da sociologia, traçar-lhe as fronteiras, descrever suas relações com as disciplinas vizinhas e esboçar um quadro geral das ciências do homem. Pode-se dizer que Parsons fez, de algum modo, a “ecologia” da sociologia porque procurou situá-la no “ambiente” das outras ciências do homem e analisar as relações que mantém com cada uma delas. Conseqüentemente, a obra de Parsons ultrapassa bastante a sociologia em si pois, em definitivo, ocupa-se da totalidade das ciências humanas. Parsons declara-se sempre um sociólogo, mas está claro que não se pode abordar sua obra apenas como uma sociologia.

É preciso, portanto, ter a visão mais global possível da obra de Parsons, se não se quiser traí-la no que tem de mais original e, por certo, de mais audacioso. Vamos por isso, neste capítulo, começar por acompanhar Parsons ao mais alto estágio de análise, que é o da *teoria geral da ação*, o que nos permitirá, nos capítulos subseqüentes, compreender melhor a teoria sociológica parsoniana em suas perspectivas totais.

## 1. A NOÇÃO DE AÇÃO SOCIAL

O ponto de partida de toda a teoria de Parsons que, ao mesmo tempo, a projeta em um quadro extremamente amplo, é a noção de ação social. Esta não se prende em uma definição precisa e estrita, desesperando às vezes os que entram em contato com a obra de Parsons. No entanto, Parsons, em várias ocasiões, explicitou bastante bem o que entende por ação social. No sentido em que a compreende é qualquer conduta humana motivada e inspirada pelos significados que o ator descobre no mundo exterior; significados que leva em consideração e aos quais responde. Os traços essenciais da ação social residem, pois, na sensibilidade do ator em relação ao significado das coisas e dos seres ambientes, a tomada de consciência desses significados e a reação às mensagens que estes últimos transmitem.

Definida em primeiro lugar pelo seu significado, a ação social é interpretada a partir da subjetividade do ator, isto é, a partir da percepção que este tem de seu meio ambiente, dos sentimentos que o animam e das idéias que tem, das motivações que o impulsionam e das reações que apresenta à sua própria ação. Desde já salientemos — e a isso voltaremos — que o ator de que se fala aqui pode ser um indivíduo, mas também um grupo, uma região, uma sociedade global, uma civilização. Parsons procura não assimilar a ação social ao comportamento individual. Generaliza, ao contrário, esta noção a toda entidade individual ou coletiva, cuja conduta possa ser percebida e que seja passível de análise a partir dos significados nela implícitos.

Por outro lado, a noção de ação social não se destina a limitar o observador apenas ao ponto de vista subjetivo do ator. Pelo contrário, tendo se inteirado desta subjetividade, é levado a analisar a ação social a partir da dualidade ator-situação, fundamental a toda a teoria parsoniana da ação. O ator de Parsons é o ser em situação, já que sua ação é sempre a leitura de um conjunto de sinais, que ele percebe no seu ambiente e aos quais reage. O ambiente do ator é, primeiro, o meio físico em que se desenvolve sua ação, isto é, os objetos materiais, as condições climáticas, a geografia e a geologia locais, mas é também o organismo biológico no caso do ator individual. O ator sente o peso ou a influência desses objetos, explica-os, desenvolve sentimentos a seu respeito, utiliza-os para fins que lhes determina. Todas essas relações com o meio físico supõem um jogo de interpretações através das quais o ator percebe a realidade e lhe dá um sentido em função do qual age.

Mas, no ambiente que envolve o ator, o objeto privilegiado é evidentemente o objeto social, quer dizer, primeiro os outros atores. Com estes a ação social torna-se interação. A análise da subjetividade do ator

torna-se então dupla ou múltipla: à subjetividade de ego responde a subjetividade de alter, seja singular ou coletivo. Em toda a sua obra, Parsons insiste na complexidade das relações sociais entre pessoas humanas. Esta interação entre dois ou mais atores e a subjetividade aí subjacente constituem um dos principais eixos da teoria parsoniana.

Porém, há ainda uma outra categoria de objetos sociais privilegiados segundo Parsons; são os objetos culturais ou simbólicos. Por ser premente de significação, a ação social se reveste necessariamente de simbolismo. É através de sinais e de símbolos que o ator conhece seu meio, sente-o, avalia-o e o manipula. Na interação social o simbolismo, essencial à comunicação sob todas suas formas, une os atores uns aos outros. Interação e ação estão, pois, envolvidas num vasto universo simbólico, pelo qual cada ação tem um sentido tanto aos olhos do próprio ator quanto aos dos outros.

O simbolismo tem na ação social uma outra função: mediatizar as regras do comportamento, as normas, os valores culturais que servem para guiar o ator na orientação da sua ação. Normas e valores são, com efeito, de natureza essencialmente simbólica sob vários aspectos. Inicialmente, pode-se dizer que tornam comunicável o comportamento dos atores: pelas normas e valores a que se refere, a ação humana torna-se menos incompreensível para os outros atores e bem assim para o do ator atuante, pois que todos nela podem ver um sentido, uma orientação, uma continuidade. Além do mais, é através de normas e valores que o ator pode interpretar uma situação, nela descobrir pontos de referência, limites e forças que deve levar em consideração em sua conduta. Enfim as normas e os valores fornecem ao ator finalidades e meios que lhe servem de guia, conferindo ao mesmo tempo à sua ação um significado particular a seus próprios olhos e aos dos demais.

Como Parsons enfatiza, a ação humana se situa entre dois universos de "não-ação" que constituem ao mesmo tempo duas ordens definidas de coerção. O primeiro desses universos é o do meio físico que compreende realidades como o clima, o estado dos recursos, os instrumentos e as técnicas disponíveis, a constituição biológica dos indivíduos, a hereditariedade e o caráter. Este primeiro universo de coerção é comum a todas as espécies vivas e compreende um conjunto de condições com as quais toda ação se depara. O segundo é o do meio simbólico ou cultural, que propõe metas a atingir e meios apropriados, estabelece limites à ação permitida, define as prioridades e sugere escolhas. O universo cultural singulariza a ação humana entre todas as formas possíveis de ação. É, em verdade, porque ela se veste de um caráter simbólico e normativo que a ação humana se distingue de todo e qualquer outro tipo de ação.

Concluímos do que acabamos de dizer que a ação social a que se refere toda a teoria de Parsons contém os quatro elementos seguintes:

- 1) *Um sujeito-ator* que pode ser indivíduo, grupo ou coletividade; 2) *uma situação* que compreende objetos físicos e sociais com os quais o ator estabelece relação; 3) *símbolos* por intermédio dos quais o ator estabelece relação com os diferentes elementos da situação e lhes atribui um significado; 4) *regras, normas e valores* que guiam a orientação da ação, isto é, as relações do ator com os objetos sociais e não sociais do seu meio.

## 2. O SISTEMA DA AÇÃO SOCIAL

A ação social entendida no sentido que acabamos de indicar, eis o objeto de estudo de todas as ciências do homem, na perspectiva adotada por Parsons. Passemos adiante. Para que o estudo da ação social se torne verdadeiramente científico, no sentido mais rigoroso do termo, é preciso, segundo Parsons, estabelecer um postulado fundamental, a saber que a ação humana apresenta sempre as características de um sistema. Já dissemos que, segundo Parsons, a noção de sistema é essencial à ciência. Foram Vilfredo Pareto e seu discípulo e intérprete americano L. J. Henderson que disto convenceram Parsons de modo definitivo. Desde seus primeiros trabalhos e em toda a sua obra, Parsons procura os elementos sistêmicos na ação humana, sob qualquer forma em que esta se apresente e sejam quais forem suas modalidades. Se há algo de que Parsons esteja convencido, é de que as ciências humanas não podem ser científicas senão na medida em que recorram à análise sistêmica, como o fizeram as ciências físicas e, mais recentemente, a biologia.

Efetivamente, a ação humana presta-se bem à análise sistêmica. Toda ação se apresenta como um conjunto de unidades-atos de um ou de vários atores, isto é, pode ser decomposta em frações de gestos, de palavras, de mímicas, cuja totalidade reconstruída forma, por exemplo, um papel social (o de pai de família ou o de chefe de seção) ou, ainda, um momento mais ou menos longo de interação entre dois ou mais atores. Algumas pesquisas sobre pequenos grupos utilizaram empiricamente estes processos de análise e de síntese. Assim, Robert Bales elaborou categorias que permitem decompor cada intervenção dos participantes em uma discussão de grupo em pequenas unidades, classificar estas últimas e reconstituir novas sínteses de atos não aparentes à primeira vista<sup>1</sup>. A ação em qualquer nível em que se situe é sempre um composto, produto de uma síntese que pode ser analiticamente decomposta. Ao mesmo tem-

po, a ação que se considera como um composto nunca é uma realidade isolada. Está ligada a outras ações e compõe com elas um todo maior. Assim o papel de pai de família é um elemento num conjunto de ações que constitui a família. E esta última, por sua vez, se insere num quadro maior que é o do parentesco e assim por diante. Por conseguinte, toda ação pode ser considerada, ao mesmo tempo, como uma totalidade de unidades-atos e como um elemento de uma totalidade mais ampla. A ação nunca é nem simples nem isolada.

Esta interdependência das unidades de ação já é um elemento de prova em favor da noção de um sistema de ação, na medida em que todo sistema supõe uma inter-relação das partes que constituem uma totalidade. Porém não basta por si só, para que se fale legitimamente de um sistema de ação. A noção de sistema a que Parsons recorre é muito mais complexa. Pode-se dizer que, segundo ele, o sistema de ação exige três condições. A primeira é uma condição de *estrutura*: As unidades de um sistema e o próprio sistema em si devem responder a certas modalidades de organização de modo a que se constituam elementos ou componentes relativamente estáveis que possam servir de ponto de referência para a análise do sistema. Segundo Parsons, no sistema de ação, são os modelos normativos e, em nível de abstração mais elevado, as "variáveis estruturais" (*pattern variables*) que desempenham este papel. A segunda condição implica a noção de *função*: para que um sistema de ação exista e se mantenha, certas necessidades elementares do sistema, enquanto sistema, devem ser satisfeitas. É o problema dos pré-requisitos funcionais ou ainda das dimensões funcionais do sistema de ação. A terceira condição diz respeito ao processo do próprio sistema e ao interior do sistema: por sua natureza, um sistema implica atividades, mudanças, uma evolução que podem se produzir ao acaso, mas devem obedecer a certas modalidades ou certas regras.

É principalmente a análise destes três aspectos fundamentais do sistema de ação que constitui a teoria geral da ação. Acompanhemos agora um pouco mais detalhadamente o pensamento de Parsons a respeito de cada um deles.

Impõe-se, antes de mais nada, uma observação. Em Parsons a noção de sistema de ação não é uma noção concreta; não se refere a uma realidade objetiva, digamos, por exemplo, uma família ou uma fábrica. Como ele a utiliza, o sistema de ação pertence à ordem da conceitualização e da análise, é um modo de reconstrução mental da realidade, uma maneira de conceber as coisas, enfim, um processo heurístico. Não há nada na realidade de que se possa dizer: isto é o sistema de ação. No entanto, toda ação pode ser analisada como um sistema qualquer que seja o nível em que se situe esta ação, quer se trate da conduta adotada por duas pessoas uma para com a outra, quer da luta de classes ou ainda de um conflito internacional. O sistema de ação é uma no-

ção do mais alto grau de generalidade e que não tem correspondência direta no universo da realidade, pois é um instrumento analítico cuja área de aplicação é muitíssimo vasta.

### 3. OS MODELOS CULTURAIS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO SISTEMA DE AÇÃO

Voltando às bases elementares de qualquer sistema de ação, pode-se dizer que deve englobar dois componentes essenciais: um ator e uma situação formada de objetos físicos e sociais. Na sua mais simples formulação, *o sistema de ação refere-se à organização das relações de interação entre o ator e sua situação*. Na verdade, nem sempre há interação propriamente dita. É com os outros atores (os "objetos sociais" na linguagem de Parsons) que se dá uma verdadeira interação, isto é, uma complementaridade de ação e uma interinfluência. Quanto aos objetos físicos, o ator é mais levado a influir sobre eles ou a adaptar-se a eles. Quanto aos objetos simbólicos ou culturais, o ator utiliza-os para a comunicação com os outros atores ou a eles se refere como guias de orientação de sua ação com os objetos físicos ou com os outros atores sociais. Estas distinções porém não mudam em nada a natureza da ação social, tal como Parsons a concebe.

Tendo situado os elementos básicos do sistema de ação, a primeira pergunta que ocorre é a seguinte: o que é que possibilita a existência, a manutenção e a perpetuação das relações de interação entre o ator e os objetos de seu meio? Em outras palavras, quais são os fatores que estruturam as relações de interação e de ação permitindo assim que durem e que conheçam uma relativa estabilidade?

O que desconcerta muitos dos críticos de Parsons é seu perpétuo espanto diante da *ordem*. Sob a influência dos teóricos socialistas e marxistas chegou-se a privilegiar o conflito e a mudança na análise da ação. Parsons, interrogando-se sobre os fundamentos da ordem, não podia deixar de passar por um conservador social que se interessa apenas pela manutenção do *status quo*. Seus críticos transpuseram, no entanto, com demasiada facilidade, para o plano ideológico uma problemática que é essencialmente de natureza analítica. Esquecem que, para Parsons, a *ordem aparece mais como um fato que como um problema*. Sem dúvida a observação mais superficial nos obriga a reconhecer que a ação humana quer seja individual, quer coletiva, não obedece ao acaso; não é

nem caótica nem imprevisível; nem tampouco é a guerra de todos contra todos. Tanto na ação individual como na coletiva, observa-se uma certa ordem que permite, em particular, ao ator prever com bastante acerto seu próprio comportamento e o dos que o cercam. Mas esta ordem, que se pode constatar de várias maneiras, permanece na realidade um problema sempre resolvido e sempre por resolver. A pergunta continua de pé: qual é o fundamento da ordem na ação social? Pois o que deveria nos espantar, não é que haja conflitos e lutas, mas é, antes, que uma certa ordem subsista subjacente a todas as causas de desorganização da ação individual ou coletiva.

Parsons quis voltar à problemática da ordem para reencontrar o fio ou os fios diretores seguidos pelos filósofos que se preocuparam com a natureza da sociedade humana. Assim logo se situa na tradição de Hobbes, Locke, Mills, Rousseau. Como eles, Parsons considera que não se pode ter a ordem como dada, mas que é preciso ser explicada. Ora, as bases em que se achava possível, até então, provar a existência da ordem na ação social não foram satisfatórias. A ordem não pode ser considerada como resultado de convergência espontânea e acidental de interesses divergentes como pensava Locke; não é o produto de um contrato social segundo Jean-Jacques Rousseau; não se deve tampouco considerá-la como o fruto de uma autoridade que os homens teriam aceito para evitar a luta permanente, conforme acreditava Hobbes. Todas essas interpretações tinham um vício fundamental: fundavam-se no postulado de ser a ação do homem motivada pelo interesse perseguido de modo individualista e que era preciso explicar a existência da ordem mesmo a despeito dos interesses e do individualismo do homem. Esta psicologia simplista do utilitarismo clássico foi violentamente combatida pelas pesquisas mais recentes dos principais precursores da ciência social moderna, que abriram caminho para uma nova interpretação da ordem, de maneira autenticamente científica. E esta reinterpretção da ordem na ação social constitui, segundo Parsons, a maior descoberta das ciências do homem na primeira metade do século XX.

Várias vezes Parsons apontou a espantosa convergência das pesquisas de diferentes teóricos mas principalmente de Freud e Durkheim. Vindos de pontos bem distantes, estes dois pesquisadores — que no entanto não se conheceram — seguiram trilhas que se aproximaram a ponto de dar às suas obras um caráter complementar. Um e outro puseram em evidência o fato de que a ação humana obedece a regras, a normas, a modelos que servem para estruturá-la, isto é, para lhe dar um quadro que lhe confere coerência. Na obra de Freud as regras do comportamento apareceram sob a forma do superego composto das sanções e das figuras significativas que formam a consciência moral da personalidade. Em Durkheim, regras e modelos chamam-se “representações coletivas” e “consciência coletiva”; é por ser a ação individual submetida a suas

coerções que Durkheim concorda em reconhecer que a ação social se torna um “fato social”.

Uma diferença importante de ponto de vista distingue Freud de Durkheim e, ao mesmo tempo, faz a complementaridade de suas contribuições. É na estrutura da personalidade individual que Freud identifica os modelos sociais, enquanto que é na sociedade que Durkheim vê o depositário das representações coletivas. Para Freud, os modelos sociais existem enquanto interiorizados, assimilados pela pessoa e enquanto formam parte integrante da organização da personalidade psicológica. Para Durkheim, os modelos existem na medida em que são primeiro institucionalizados, de modo que podem assim exercer uma coerção exterior sobre a consciência moral da pessoa.

Estas duas perspectivas não são, nem de longe, contraditórias. Parsons empenhou-se em mostrar que na realidade são complementares, que constituem as duas faces de uma mesma moeda. Mais exatamente, estas duas perspectivas precisam uma da outra, encontrando cada uma na outra o seu ponto de apoio. Os modelos exteriores que são interiorizados pelo indivíduo para constituírem o superego são os mesmos que são institucionalizados na medida em que são partilhados por inúmeras pessoas. E, inversamente, os modelos são institucionalizados porque inúmeras pessoas os interiorizam. A consciência moral de Freud encontra-se assim com a consciência coletiva de Durkheim; o superego é o inverso individualizado das representações coletivas que repousam na sociedade.

Na sociologia francesa, esta complementaridade do individual e do coletivo é conhecida pelo nome de “reciprocidade de perspectivas”, segundo a expressão de Georges Gurvitch. É a mesma idéia expressa por Parsons de maneira mais elaborada e com maior insistência nas raízes históricas.

Nesta reciprocidade de perspectivas, Parsons vê a solução para o problema da ordem colocado por Hobbes, Locke, Mills e Rousseau. O fundamento da ordem reside na estrutura do sistema de ação, isto é, nos modelos, nas normas e valores que têm uma significação para o ator individual ou coletivo, pelo fato de estarem interiorizados na personalidade e por estarem ao mesmo tempo institucionalizados na sociedade e na cultura. O próprio Parsons resume assim seu pensamento: “O mais fundamental teorema da teoria da ação parece-me ser que a estrutura do sistema de ação consiste nos modelos culturais de significação, institucionalizados no sistema social e na cultura e interiorizados na personalidade e no organismo. O que atesta que esta oposição não é evidente e não pertence ao senso comum é a história longa e complexa do behaviorismo e das outras teorias reducionistas do comportamento humano”. Com efeito este teorema é central na obra de Parsons, pois explicita a reciprocidade das perspectivas mostrando que ela repousa na dupla natureza dos modelos culturais que, ao mesmo tempo, estão na

consciência das pessoas e no universo simbólico da sociedade. Por conseguinte, se voltarmos aos elementos do sistema de ação, podemos dizer que os mesmos modelos se encontram no ator e na situação, porque também foram interiorizados pelos outros atores e estão institucionalizados na cultura e nas estruturas sociais.

#### 4. AS VARIÁVEIS ESTRUTURAIS DO SISTEMA DE AÇÃO

Parsons quis levar ainda além a análise dos fatores de estruturação do sistema de ação. Se é verdade que os modelos culturais servem para estruturar o sistema de ação, como acabamos de ver, deve-se acrescentar que, por sua vez, eles se estruturam de maneira particular. Por sua natureza, o modelo cultural impõe escolhas, opções ao ator, obriga a julgamentos que o forcem a tomar posição, a descartar alguma coisa ou algum comportamento em favor de outro. A ação guiada pelos valores, é portanto necessária e simultaneamente uma escolha e uma recusa, uma orientação para alguma coisa e um retrocesso para com qualquer outra, um sim e um não. Enfim, a dualidade e a contradição estão inscritas no âmago do universo dos valores.

Antes de Parsons, já outros sociólogos tinham apontado e esclarecido esta dualidade. Foi o caso principalmente de Ferdinand Tönnies, que desenvolveu a teoria das duas categorias fundamentais das relações sociais, sociedade e comunidade ou, mais exatamente, as relações societárias e as comunitárias. Cada um dos dois tipos de relações sociais elementares era um conjunto de modelos e de valores que definiam a natureza humana e a vida em sociedade. A prova é que o próprio Tönnies se inclinava nitidamente para as formas comunitárias de vida social em que via uma moral superior. Parsons retomou a dicotomia de Tönnies que considera como a primeira expressão incompleta de uma distinção estrutural na análise da ação. Sua principal objeção à dicotomia de Tönnies é que é por demais tosca e encobre várias dimensões que precisam ser explicitadas<sup>3</sup>. Foi sobretudo na análise do papel social do médico, objeto de sua primeira pesquisa empírica, que Parsons se deu conta disso. Aí, teve a ocasião de mostrar que em certos casos a prática médica exigia relações comunitárias e em outros as societárias. Assim, médico e paciente formam uma comunidade de interesses, pois seu objetivo comum, e que domina todas as relações, é o da cura ou da saúde do paciente. Porém, ao mesmo tempo, as relações entre médico e paciente devem mostrar certas características societárias; o paciente deve aceitar

sua relação com o médico só como paciente e não como amigo, ou de uma maneira global.

A oposição estabelecida por Tönnies entre sociedade e comunidade não é portanto unidimensional, como ele pensava, e sim pluridimensional. Torna-se necessário especificar as diversas dimensões que comporta.

Parsons vê estas dimensões como uma série de dilemas que se apresentam a qualquer ator social e aos quais deve responder na orientação de sua ação. Não há, como pensava Tönnies, um único dilema possível, há muitos. Por outro lado seu número não é ilimitado, já que em toda sociedade, e em todas as relações sociais, as opções elementares e fundamentais se reduzem a umas poucas. Depois de hesitar em considerá-los quatro, cinco ou seis, Parsons finalmente afirma que vê quatro. A esses quatro dilemas, cada um dos quais exige duas respostas possíveis, Parsons deu o nome de "variáveis estruturais" da ação (*pattern variables*).

Torna-se evidente que Parsons começou a elaborar sua noção de variável estrutural por ocasião da análise do papel profissional. Vemos surgir seus primeiros esboços ao tentar encontrar uma distinção melhor que a empregada correntemente nas profissões liberais e no mundo dos negócios: em vez de falar de espírito desinteressado no primeiro caso e de procura de interesse no segundo, Parsons procura estabelecer variáveis mais sociológicas e menos utilitaristas<sup>4</sup>. Retocando-as, aplica depois estas mesmas variáveis à análise da própria profissão médica. Em *The Social System*<sup>5</sup>, a variável aparece portanto como um conceito exclusivamente sociológico. É em *Toward a General Theory of Action* que as variáveis estruturais oferecem possibilidades de aplicação muito mais amplas e que pertencem ao nível mais geral de análise, isto é, à teoria geral da ação.

Durante vários anos, mais precisamente entre *The Structure of Social Action* (1937) e *Working Papers on The Theory of Action* (1953), as variáveis estruturais constituíram o eixo central da teoria geral da ação de Parsons. Em seguida, Parsons introduziu novos elementos de que falaremos depois, mas as variáveis estruturais continuam a desempenhar um papel central na teoria parsoniana. Expliquemos rapidamente as quatro variáveis estruturais, como o próprio Parsons no-las apresenta em seus mais recentes trabalhos.

Logo de início, o ator social pode avaliar um objeto físico ou social a partir de critérios gerais aplicáveis a todo um conjunto de objetos. O ator opta então pelo *universalismo*. O ator pode ao contrário considerar o objeto no que o singulariza ou avaliá-lo em si mesmo segundo critérios que só se aplicam a este objeto, ou às condições particulares que lhe são dadas. O ator opta então pelo *particularismo*. Por exemplo, o professor julga e avalia os alunos por certos critérios gerais, que dão a seu julgamento fundamento de justiça e de equidade. Ao contrário, o pai de família julga seu filho por critérios mais particulares ao próprio filho

do que se fosse seu professor. O que não impede que um certo particularismo também entre no julgamento do professor, nem que um certo universalismo entre no julgamento que o pai de família dispensa a seus filhos. Mas a nota dominante está no *universalismo* no caso do professor e no particularismo no do pai. E é esta ênfase que, para Parsons, constitui a diferença na resposta a um dilema.

Em segundo lugar, o ator pode julgar um objeto físico ou social de acordo com o que este objeto produz, faz, cumpre. Seu julgamento baseia-se então sobre o *desempenho* do objeto. Pelo contrário, o ator pode dar maior importância ao que o objeto é em si, independentemente do sucesso da ação ou do que ele possa trazer ao ator. Então é a *qualidade* do objeto, o critério de julgamento adotado pelo ator.

Em terceiro lugar, o ator deve optar entre a *neutralidade afetiva* e a *afetividade* nas suas relações com os objetos de sua situação. Ele opta pela neutralidade afetiva quando abdica de seus sentimentos em benefício das relações de interação orientadas mais em função de sua instrumentalidade ou de uma finalidade exterior. De um modo geral as relações do mundo do trabalho são dominadas de preferência pela neutralidade afetiva. Apenas, em certos contextos como o da família ou da amizade, é que a afetividade pode se exprimir de maneira mais livre que nas relações sociais.

Enfim, o ator pode escolher manter relação com outros atores apenas sob certos aspectos específicos e não de maneira global. Em outras palavras, o ator pode estar em relação com uma pluralidade de pessoas que para ele são clientes ou pacientes ou empregados. Opta então pela *especificidade*. Se, ao contrário, escolhe a *difusão*, é que optou por relações sociais mais globais, pelas quais está ligado aos outros atores de maneira múltipla, como pessoa humana total. Poderíamos ainda utilizar aqui o exemplo do professor cujas relações com os alunos são de preferência específicas enquanto as do pai com os filhos são mais difusas.

A primeira vista, nos damos conta de que estas quatro variáveis estruturais são uma explicitação da dicotomia de Tönnies. O universalismo, o desempenho, a neutralidade afetiva e a especificidade categorizam as relações que Tönnies chamava de societárias; o particularismo, a qualidade, a afetividade e a difusão são as opções típicas das relações comunitárias. A vantagem que estas distinções têm sobre a dicotomia de Tönnies é de serem, evidentemente, mais maleáveis. Permitem analisar as relações sociais onde se mesclam, por exemplo, o universalismo e o desempenho, a afetividade e a especificidade. Em outras palavras, as variáveis de Parsons serviram para multiplicar a utilização da dicotomia de Tönnies, ressaltando dimensões que Tönnies tinha resumido por demais.

Desde *Toward a General Theory of Action* (1951) Parsons insiste em dizer que estas variáveis estruturais são os componentes essenciais de todo sistema de ação. Isto, para ele, significa que estas variáveis têm uma

grande generalidade analítica, pois se aplicam a comportamentos individuais ou coletivos, à análise de grupos restritos e de sociedades globais, à descrição da ação de atores individuais ou de instituições sociais.

Parsons acredita na possibilidade de reagrupar essas quatro variáveis em duas grandes classes, pois que nem todas elas se referem aos mesmos elementos do sistema da ação. Dois destes grupos de variáveis visam particularmente ao objeto com o qual o ator está em relação, sobre a significação que este objeto adquire para o ator e o tipo de julgamento que suscita por parte do ator. É o caso das variáveis universalismo/particularismo e qualidade/desempenho. Parsons chama este primeiro grupo de *variáveis estruturais de modalidade do objeto*.

O segundo grupo de variáveis, o da especificidade/difusão e o da neutralidade afetiva e da afetividade, refere-se principalmente ao ator e define a atitude que ele adota em relação ao objeto e o tipo de relação que tem com ele. Eis por que Parsons chama a este segundo grupo *variáveis estruturais de orientação para o objeto*.

Assim reencontramos a dualidade ator/situação que reside no âmago do sistema de ação. As variáveis de modalidade de objeto pertencem à situação, isto é, aos objetos que ela compreende. As variáveis de orientação para o objeto permanecem do lado do ator. A função de estruturação do sistema de ação desempenhada pelas quatro variáveis estruturais aparece aí de maneira inequívoca.

## 5. PRÉ-REQUISITOS FUNCIONAIS DO SISTEMA DE AÇÃO

Se a análise de estruturação da ação destaca os fatores que concorrem para a estabilidade do sistema, as dimensões funcionais do sistema de ação nos levam a considerá-lo em sua atividade. Com efeito, na linguagem de Parsons, *a função de um sistema vivo corresponde a um conjunto de atividades que se destinam a responder à necessidade ou às necessidades do sistema enquanto sistema*. A noção de função como ele a entende é, portanto, essencial à análise sistêmica, pelo menos quando se trata de um sistema de ação. "A noção de função, escreve Parsons, é central à compreensão de todos os sistemas vivos. Com efeito, ela não é mais que o corolário da noção de sistema vivo, do qual descreve certas características, das quais umas dizem respeito às relações entre o sistema e seu meio, enquanto outras tratam da diferenciação interna do sistema em si."<sup>6</sup>

Esta citação revela a dupla linha de análise do sistema de ação à qual Parsons permanece fiel. Antes de mais nada, um conjunto de comportamentos que se deveria tratar como um sistema de ação (por exemplo, uma atividade profissional ou uma classe social) pertence a um todo mais vasto, com o qual está em relação de diversas maneiras, pois que dele depende e para ele simultaneamente contribui em certa medida. Um primeiro grupo de necessidades do sistema daí decorre: são as que se referem às suas relações com o meio. Em segundo lugar, o próprio sistema de ação é um composto de partes ou de unidades que mantêm entre si, ao mesmo tempo, relações de diferenciação e de integração. Surge aí um segundo grupo de necessidades do sistema, que dizem respeito às exigências de sua organização interna.

Quando um sistema de ação funciona e se mantém, é que foi capaz de satisfazer essas duas ordens de necessidades ou de problemas. Supõe-se assim que pôde organizar e mobilizar as atividades necessárias. Eis a que corresponde a noção parsoniana de função. Encontraremos portanto no sistema de ação funções ou conjuntos de atividades que se referem às relações do sistema com seu meio e outros que respondem às necessidades de organização interna.

Parsons propõe um segundo modo de análise das funções do sistema de ação, que decorre de outra distinção que faz, desta vez entre as finalidades do sistema e os meios de que dispõe. Esta nova distinção corresponde à que Parsons freqüentemente empregou entre as atividades do sistema que chama "de consumo", isto é, que correspondem à obtenção dos objetivos procurados (sejam bens, satisfações ou ideais) e as outras atividades que chama de "instrumentais", pois se referem à procura e utilização dos meios.

Estas duas maneiras de colocar o problema das necessidades e das funções do sistema, em termos de interno/externo e de objetivo/meio, se sobrepõem, completando-se. Assim pode-se falar de objetivos que supõem relações com o meio e de outros que se referem à organização interna do sistema, e assim por diante. Por conseguinte, a utilização simultânea destas duas distinções revela a presença necessária de quatro funções em qualquer sistema de ação, para satisfazer o que Parsons considera as quatro necessidades elementares do sistema de ação. Pode-se dizer que um sistema de ação só existirá quando essas quatro necessidades forem satisfeitas, pelo menos, relativamente e, por conseguinte, somente na medida em que as funções correspondentes existam. Por isto é que Parsons pensa poder afirmar que as quatro funções são os pré-requisitos funcionais de todo o sistema de ação.

Parsons apresenta igualmente as funções elementares como as quatro "dimensões" do sistema de ação, no sentido exato em que esse termo é utilizado em física. Em outras palavras, em cada momento de vida de um sistema de ação, as unidades-atos que o compõem devem situar-se em

uma ou outra das quatro dimensões. E se pudéssemos acompanhar uma unidade-ato durante o tempo todo em que dura um sistema de ação, como se pode fazer na física, vê-la-íamos mover-se como uma partícula de uma dimensão para outra, à medida que o sistema de ação se modifica. Ao mesmo tempo, o próprio movimento de cada unidade-ato é, em si, um fator de modificação do sistema.

As quatro funções ou dimensões do sistema de ação são as seguintes. De início, Parsons chama de *adaptação* o conjunto de unidades-atos que servem para estabelecer as relações entre o sistema de ação e seu meio exterior. Como é definido por Parsons, o meio exterior ao sistema de ação é, em geral, um outro ou vários outros sistemas, que podem ser sistemas de ação ou de não-ação. A adaptação consiste em ir buscar nesses sistemas exteriores os recursos diversos de que o sistema necessita, em oferecer intercâmbio de produtos provenientes do próprio sistema e em armazenar e transformar esses recursos a fim de que sirvam às necessidades do sistema. Esta função, como diz o seu nome, compreende as atividades destinadas a assegurar a adaptação do sistema ao seu meio, às suas coerções, às suas exigências e seus limites e, também, às atividades pelas quais o sistema adapta o meio às suas necessidades, modifica-o, controla-o, explora-o.

A *consecução dos objetivos* constitui a segunda dimensão de todo sistema de ação. Parsons inclui nesta categoria todas as ações que servem para definir os objetivos do sistema, para mobilizar e gerar recursos e energias em vista da obtenção desses fins e, por fim, conseguir a gratificação procurada. É justamente a capacidade de se propor objetivos e de os perseguir metodicamente que distingue o sistema de ação dos de não-ação, isto é, os sistemas físico ou biológico.

Em qualquer sistema de ação, certas unidades-atos destinam-se a estabelecer controles, a inibir as tendências ao desvio, a manter a coordenação entre as partes e a evitar as perturbações por demais profundas. A este conjunto de ações Parsons dá o nome de *integração*. Trata-se da dimensão estabilizadora do sistema, isto é, aquela em que se reúnem as ações que tendem a proteger o sistema contra mudanças bruscas e a manter o estado de coerência ou de "solidariedade" necessário à sua continuidade e a seu funcionamento.

Enfim, todo sistema de ação necessita de um conjunto de unidades-atos que assegurem aos atores a motivação necessária. De algum modo, trata-se aqui da acumulação de um potencial de motivações de que deve dispor qualquer sistema de ação, potencial que deverá se renovar sempre, pois que se esgota incessantemente. O sistema de ação precisa que a energia proveniente da motivação se mantenha pelo menos a um nível mínimo. Esta função aparece, portanto, como uma espécie de sistema de canalização servindo, ao mesmo tempo, para acumular a energia sob forma de motivação e para difundi-la. Eis por que Parsons deu a esta dimen-

são o nome de *latência*. É ao mesmo tempo o ponto de contato entre o sistema de ação e o universo simbólico e cultural. Este último pertence ao sistema de ação de modo particular pois fornece os símbolos, as idéias, os modos de expressão e os julgamentos necessários para criar a motivação e canalizá-la para a ação.

O arranjo destas quatro funções segundo as distinções externa/interna e meios/objetivos fornece o paradigma do quadro 1<sup>7</sup>. Desde os *Working Papers in the Theory of Action* (1953), onde Parsons o apresentou pela primeira vez, este paradigma tornou-se central em toda a sua obra, na qual o encontramos incessantemente e sob todas as formas. Como é lido normalmente no sentido dos ponteiros de um relógio — dada a hierarquia cibernética de que falaremos mais tarde — Parsons recorre sem cessar à abreviação A G I L (onde G significa em inglês *goal attainment*, que traduzimos como consecução dos objetivos) para designar o conjunto das quatro funções elementares.

QUADRO 1

Paradigma funcional do sistema da ação

	Meios	Objetivos
Externo	Adaptação	Consecução dos objetivos
Interno	Latência	Integração

Não devemos no entanto deixar de associar aqui à obra de Parsons o nome de Robert Bales, pois é a ele que Parsons deve a formulação destas quatro funções. Com efeito, depois de *Toward a General Theory of Action* (1951), em que ele tinha estendido a noção das variáveis estruturais à teoria geral da ação, Parsons se perguntava como o funcionamento global de todo o sistema de ação poderia ser reduzido a estas quatro variáveis estruturais. Foi então que se evidenciou para ele a convergência de sua pesquisa com os trabalhos de seu colega de Harvard, Robert Bales. Como já tivemos ocasião de dizer, este último trabalhava na análise da interação entre os membros de pequenos grupos reunidos para resolver problemas definidos, pesquisa que o levava a elaborar categorias para classificar as unidades de ação de cada participante. Bales tinha agrupado as categorias em quatro classes que correspondiam ao que ele chamava os “problemas funcionais” do grupo. Foi esta formulação, feita por Bales, dos problemas funcionais que Parsons por fim conservou, retocando-a ligeiramente.

Notemos de passagem, a este respeito, que Parsons, através de Bales, inspirou-se na longa tradição das pesquisas americanas sobre a psicologia dos pequenos grupos. Foi assim que se reconciliou com a sociologia americana, de onde tirou elementos que assumiram um lugar central na sua teoria.

Além do mais, para poder incorporar a contribuição de Bales à sua teoria geral, Parsons teve de aceitar o postulado da unidade do microsociológico e do macrossociológico, de modo a poder generalizar a todo o sistema de ação as categorias elaboradas em nível microsociológico. Como Parsons já, de há muito, aceitara uma unidade mais global ainda que todos os sistemas de ação, do biológico ao sociológico, não era difícil para ele reconhecer a unidade do micro e do macrossociológico.

Não se pense, no entanto, que a influência de Bales sobre Parsons impediu-o de continuar sua pesquisa sobre as variáveis estruturais. Pelo contrário, fez questão de demonstrar os laços que ligam as variáveis estruturais às dimensões funcionais do sistema de ação. Aliás é lógico que assim seja. As atividades que satisfazem uma função particular, digamos a adaptação, impõem aos atores tipos de comportamentos diferentes das atividades que satisfazem a uma outra função, por exemplo, a consecução dos objetivos. No primeiro caso, a relação ator/situação condiciona-se a objetivos e, por conseguinte, é submetida a regras que não podem ser as mesmas do segundo caso. Pode-se, portanto, esperar que a cada uma das quatro funções corresponda um conjunto particular de variáveis estruturais correspondendo ao mesmo tempo certas variáveis de orientação ao objetivo e certas variáveis de modalidade do objeto.

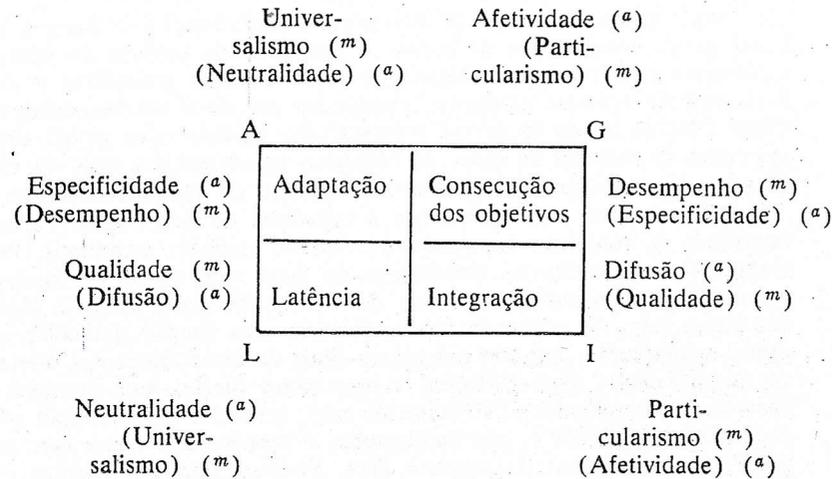
Não nos é possível retomar o caminho seguido por Parsons para chegar à correspondência das variáveis estruturais com cada uma das funções<sup>8</sup>. O quadro 2 resume a concordância estabelecida. Repare-se que para cada uma das quatro funções encontram-se duas variáveis estruturais de orientação ao objeto ou de atitudes e duas variáveis estruturais de modalidade de objeto<sup>9</sup>.

## 6. OS SUBSISTEMAS DE AÇÃO

O esquema das dimensões funcionais do sistema de ação permitiu que Parsons precisasse seu pensamento sobre outro ponto. Inspirando-se provavelmente em Sorokin<sup>10</sup>, Parsons insistiu muito tempo no fato de implicar necessariamente a ação na intervenção de três sistemas:

QUADRO 2

Relações entre as variáveis estruturais e as dimensões funcionais do sistema da ação



(<sup>a</sup>) Variável estrutural de atitude ou de orientação ao objeto.  
(<sup>m</sup>) Variável estrutural de modalidade do objeto.

a personalidade, a cultura, o sistema social. Podê-se distinguir analiticamente a contribuição de cada um à ação, embora toda ação social concreta seja global e recorra simultaneamente aos três sistemas. Nesta ocasião Parsons acrescentou de passagem que havia um quarto sistema em causa, o organismo sociológico, do qual não se podia, entretanto, dizer muita coisa.

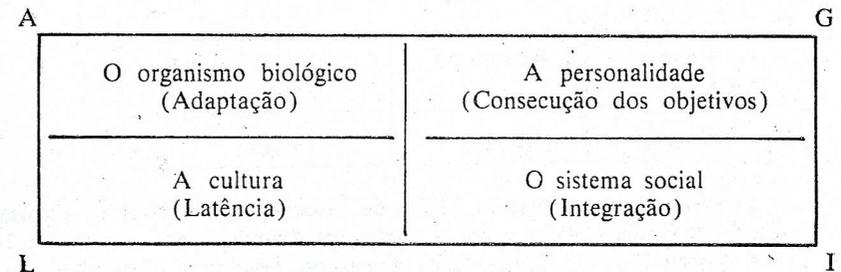
A análise das dimensões funcionais da ação levou Parsons a introduzir o organismo no seu sistema e a conceder-lhe um lugar mais importante, talvez, do que qualquer outro sociólogo tenha feito. Além do mais, a divisão do sistema de ação em quatro funções distintas permitiu a elaboração de um modelo teórico das relações existentes entre o organismo, a personalidade, a cultura e o sistema social. Este modelo é essencial à compreensão de toda a obra de Parsons.

Pareceu a Parsons que no nível mais geral da análise podia-se considerar o organismo biológico, a personalidade, a cultura e o sistema social como os quatro subsistemas mais globais do sistema geral da ação. E daí, concluiu que esses quatro subsistemas situavam-se uns em relação aos outros numa ordem que descreve o esquema das quatro funções

do sistema de ação. O organismo biológico corresponde à função de adaptação; é pelos sentidos que se estabelece o contato com o universo físico, quer para se adaptar a ele, quer para manipulá-lo, quer para transformá-lo. Pelo organismo, há portanto, ao mesmo tempo, adaptação ao meio e adaptação do meio às necessidades de ação. A personalidade psicológica responde à função de consecução dos objetivos. É no sistema psíquico, e por ele, que se definem os objetivos e que se mobilizam os recursos e as energias para atingir aos fins visados. O sistema social representa a função de integração. É ele que une as solidariedades, propõe as lealdades, fixa os limites, impõe as coerções. A cultura se assimila à função de latência. Fornece aos atores os elementos de motivação e o apoio da ação pelas normas, ideais, valores, ideologias que lhes propõe ou lhes impõe.

QUADRO 3

Os subsistemas do sistema geral da ação



Parsons no entanto insiste no fato de que cada um dos quatro subsistemas não participa do mesmo modo nem tão completamente do sistema global da ação. No que se refere ao organismo biológico, apenas a parte de suas atividades que concorrer para o procedimento significativo dos atores procede do sistema da ação. Assim os movimentos do organismo que escapam à consciência e à vontade, por exemplo, as pulsações do coração ou a circulação do sangue, não pertencem ao sistema de ação. Quanto à personalidade e ao sistema social são inequivocamente a sede da ação e inteiramente absorvidos no sistema da ação. A cultura é o menos "ativo" dos subsistemas, pois, como tal, não desempenha ação. Fornece ao ator a motivação e as orientações de sua ação, mas permanece fora da ação propriamente dita. O subsistema da cultura permanece alheio ao sistema da ação porque dele participa do

exterior, sem um engajamento tão completo como a personalidade, o sistema social e o organismo biológico.

Os quatro subsistemas mantêm entre si relações extremamente complexas. Em certo sentido, cada um deles pode ser considerado como um sistema independente. Analiticamente é possível isolar cada um deles, considerá-lo em si mesmo no que o caracteriza e na sua atividade própria. Pode-se delimitar o que Parsons chama "fronteiras" de cada um dos subsistemas, isto é, as linhas de demarcação que o distinguem dos outros. Sem estas fronteiras, os subsistemas fundir-se-iam uns nos outros e perderiam sua existência com sua identidade. Mas mesmo independentes, são interdependentes. Requerem-se uns aos outros, apóiam-se e completam-se mutuamente. A personalidade não pode existir sem a energia que o organismo lhe proporciona, sem a rede de inter-relações do sistema social e sem o universo simbólico da cultura. Do mesmo modo, o sistema social tem absoluta necessidade da motivação da personalidade e da contribuição simbólica e normativa da cultura. A cultura existe apenas porque se realiza na personalidade e na rede de interações do sistema social. Pode-se portanto dizer que os quatro subsistemas são irreduzíveis entre si, mas encontram-se em estreita e necessária relação uns com os outros. Eis o que é preciso entender quando Parsons diz destes sistemas que são "sistemas que existem pelas suas fronteiras" (*boundary maintaining systems*), mas que são também "sistemas de fronteiras abertas" (*open boundary systems*).

As fronteiras abertas entre os subsistemas são, aliás, o local de trocas constantes. O resultado é um vaivém ininterrupto de "produtos" que circulam de um para outro subsistema. Veremos mais detalhadamente nos próximos capítulos o que Parsons pensa a esse respeito e como é central o lugar que a análise dessas inter-relações ocupa no seu modelo teórico.

Um último aspecto deste esquema precisa ser desde já focalizado. Cada um dos subsistemas que goza de uma independência relativa pode ser considerado como um sistema, e ser por sua vez dividido em quatro subsistemas, sempre conforme o modelo das quatro funções elementares. E esses novos subsistemas podem, por sua vez, ser considerados como sistemas e analisados eles também nos mesmos termos. O sistema de ação de Parsons se parece com as bonecas russas que, quando abertas, contêm uma menor, a qual contém outra ainda menor e assim por diante. Do ponto de vista analítico isto significa que se pode adotar como *sistema de referência*, segundo a terminologia de Parsons, qualquer subsistema em qualquer nível de realidade. Esta metodologia confere ao modelo parsoniano uma grande flexibilidade e, ao mesmo tempo, uma complexidade não menor. Em particular importa, quando se utiliza o modelo parsoniano, não perder de vista o sistema de referência adotado de início e não confundir os níveis de análise. Como nem sempre se tomam tais precauções,

acontecem erros de interpretação atribuídos ao modelo parsoniano, quando ao contrário se devem ao emprego que dele foi feito.

## 7. OS PROCESSOS DO SISTEMA DE AÇÃO

Depois da estrutura e das funções, a terceira condição que o sistema de ação exige para ser um sistema é uma certa organização dos processos. Esta terceira condição é evidentemente essencial num sistema cujo objeto central é precisamente a ação, isto é, um movimento.

Por sua natureza, a ação acarreta quase necessariamente uma mudança, a perturbação de um estado presente, a passagem a um novo estado, às vezes à inovação. Pela sua ação, o ator intervém numa situação, o que produz quase inevitavelmente uma transformação, mesmo mínima, quer da situação quer do ator. Quando se analisa a ação como sistema, pode-se dizer que este não é quase nunca estático. O sistema de ação é um sistema móvel que segue diversos processos.

Para analisar o movimento e os processos do sistema de ação, Parsons julgou útil adotar como ponto de partida a noção de equilíbrio. Muitos o criticaram por isso. Condenaram a idéia como uma tomada de posição ideológica em favor do *status quo* e do conservadorismo social. Em verdade, basta ler Parsons com atenção para verificar que se trata, no seu caso, de um procedimento heurístico. Parsons repete muitas vezes que o equilíbrio é um caso-limite de quase impossível realização na prática e que quase nunca corresponde a uma realidade empírica. O equilíbrio de que ele fala é um ponto de referência teórico a partir do qual deve-se fundamentar a análise sistêmica da ação. Deve-se mesmo dizer que a noção de equilíbrio de Parsons exige necessariamente uma análise dinâmica, pois o equilíbrio a que se refere é sempre *problemático*. O equilíbrio já está perturbado no próprio momento em que parece estabelecer-se. Com efeito é próprio da ação ser um fator de desequilíbrio num sistema que tende para um equilíbrio que quase nunca atinge. A ação exige sempre uma reação acarretando assim uma cadeia sem fim de reajustamentos e de mudanças. Frequentemente Parsons invoca o que chama "a lei de equivalência da ação e da reação". Entende por isto que toda ação acarreta uma reação que lhe é equivalente, ou quase, e que a própria reação é uma ação que reclama uma nova reação e assim por diante.

O exemplo concreto de um sistema de ação em equilíbrio ser-nos-ia dado por um ator cuja ação satisfaz perfeitamente às expectativas de todos os outros atores para com ele, às normas e valores do grupo ou da coletividade formada por eles, ao mesmo tempo que gratifica plenamente o próprio ator. Compreende-se que tal situação é inteiramente excepcional e que, caso aconteça, só pode corresponder a um curto momento do tempo. Trata-se antes de uma espécie de caso-limite teórico que permite apreciar melhor os desequilíbrios permanentes das relações ator/situação, os processos que acarretam esses desequilíbrios e os outros que estes últimos reclamam.

Acrescenta Parsons que se pode, como em física, completar a hipótese do equilíbrio por uma "lei da inércia". Formula-se assim esta lei: se nenhuma modificação advém num sistema de ação, este sistema continua indefinidamente em estado de estabilidade. Em outras palavras, supondo-se que se produza um estado de equilíbrio, ele fica teoricamente obrigado a se perpetuar se não intervier nenhuma modificação exterior. Mas, no sistema de ação como em física, a lei de inércia é teórica, primeiro, porque supõe um equilíbrio por si mesmo teórico e, depois, porque supõe modificações constantes das condições exteriores que, na prática, não cessam de modificar-se.

Que é que rompe incessantemente o equilíbrio e contraria a lei da inércia? Segundo Parsons há dois grandes processos principais que modificam as relações ator/situação: são a atividade e a aprendizagem. O que Parsons chama atividade (desempenho) são todos os comportamentos pelos quais o ator atua, faz alguma coisa, produz, comunica, etc. Por toda sua atividade, cada ator introduz perturbações mais ou menos importantes em sua situação; ao mesmo tempo ele sofre em si as perturbações que resultam da atividade dos outros atores, tanto quanto dos objetos não sociais de seu meio (modificações de temperatura, por exemplo).

A aprendizagem é uma outra forma de processo que combate o equilíbrio. O que se aprende e se interioriza geralmente modifica, por pouco que seja, o ator e, por conseguinte, as condições de sua ação e sua própria ação. Ora, o ator humano assimila sempre novas observações, conhecimentos, idéias que o modificam, mesmo imperceptivelmente.

O que acabamos de dizer da atividade e da aprendizagem aplica-se de maneira geral a qualquer ator, quer dizer, não apenas ao ator individual, mas ainda aos grupos, às coletividades, tomadas como atores.

Subdividindo estes dois primeiros tipos de processo podemos distinguir outros quatro, segundo se considere a ação do ator ou a ação do sistema. Considerando primeiro o ator, os dois processos principais segundo os quais sua ação se organiza são a comunicação e a decisão. Quase toda ação do ator implica esses dois processos. Aliás, desde que haja comunicação, supõe-se que uma decisão é tomada quanto ao que se

deve comunicar e quanto à oportunidade ou necessidade de comunicar. Ambos os processos evidentemente são, por sua própria natureza, perturbadores de equilíbrio, pois introduzem, sem cessar, elementos novos numa situação.

Ao se reportar ao sistema, Parsons vê também um duplo processo em ação. Há, de um lado, um processo de diferenciação pelo qual as partes de um sistema se distinguem, afirmam sua singularidade e sua relativa autonomia, notadamente ao desempenhar uma função que lhes é própria. Na medida em que se produz uma diferenciação, o sistema de ação deve recorrer ao mesmo tempo a um processo de integração destinado a ligar uns com os outros os elementos diferenciados, a estabelecer entre eles relações mútuas e trocas e a agrupá-los para formar um todo cujos elementos são suficientemente coordenados.

Parsons fez grande uso desta última distinção. Teremos ocasião de encontrá-la mais adiante.

## 8. A HIERARQUIA CIBERNÉTICA

A análise parsoniana dos processos precisa ser complementada pelo que foi buscar na cibernética, sobretudo a noção de hierarquia cibernética (ver quadro 4). Torna-se ela, com efeito, na teoria parsoniana, importante princípio de integração ao mesmo tempo, aliás, que de mudança<sup>11</sup>.

Inspira-se na teoria cibernética para dizer que o sistema de ação, como qualquer sistema ativo, seja ou não vivo, é o centro de incessante circulação de energia e informação. São as permutas de energia e de informação entre as partes que provocam a ação do sistema. As partes de um sistema não são igualmente ricas em informação e em energia; algumas dispõem de mais energia, outras de mais informação. As que possuem menos energia beneficiam-se de mais informação e inversamente. Ora, um princípio fundamental de cibernética afirma que são as partes mais ricas em informação as que impõem controle sobre as mais ricas em energia. Disto resulta que em qualquer sistema de ação se instaura uma série de controles sucessivos e cumulativos que se organizam hierarquicamente. As partes mais ricas em energia situam-se na base da hierarquia, onde desempenham o papel de fatores de condicionamento da ação; as mais ricas em informação colocam-se no topo da hierarquia e desempenham o papel de fatores de controle da ação.

Parsons dá a este princípio validade universal nos sistemas de ação. Cita-o e lembra-o muitas vezes e, em suas últimas obras, faz dele uma das grandes leis da organização de todo sistema de ação.

#### QUADRO 4

Hierarquia cibernética do sistema geral de ação

Dimensões funcionais do sistema de ação	Subsistemas do sistema de ação	Relações cibernéticas
Latência	Sistema cultural	<p style="text-align: center;">Rico em informação (controles)</p> <p style="text-align: center;">↑</p> <p style="text-align: center;">Hierarquia dos fatores de condicionamento      Hierarquia dos fatores de controle</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">Rico em energia (condições)</p>
Integração	Sistema social	
Consecução dos objetivos	Sistema psíquico	
Adaptação	Sistema orgânico	

Assim, se voltamos aos quatro subsistemas do sistema geral da ação, pode-se considerar que o organismo é o subsistema mais rico em energia e mais pobre em informação. Segue-se a personalidade e depois o sistema social, enquanto a cultura se evidencia como o subsistema mais rico em informação e mais desprovido de energia. Entre estes quatro subsistemas estabelece-se, portanto, uma hierarquia de controles, correspondente à ordem que se encontra no quadro 4. Disto resulta que os elementos culturais dispõem, em última instância, de controles que se exercem sobre o sistema social, a personalidade e o organismo, enquanto a personalidade os exerce sobre o organismo mas sofre controles mais poderosos por parte do sistema social e da cultura.

O mesmo princípio aplica-se ainda aos quatro pré-requisitos funcionais acima descritos. Na ordem de ação, a adaptação encontra-se muito mais próxima do dispêndio de energia, enquanto a latência, pelo fato de estabelecer relação com a cultura, é muito mais rica em informação. Entre os dois, a consecução dos objetivos está muito mais perto da energia que

se desenvolve no sistema, enquanto que a integração se aproxima mais da latência. Em todo sistema de ação a hierarquia dos controles se estabelece, pois, a partir da latência para passar em seguida à integração, à consecução dos objetivos e, finalmente, à adaptação.

Importa ainda dizer que a hierarquia cibernética é vista por Parsons como um princípio ao mesmo tempo de ordem e de mudança. É um princípio de ordem já que preside à integração dos elementos do sistema. É um princípio de mudança já que indica em que direção atuam os dois tipos de fatores, os de condicionamento e os de controle.

#### NOTAS

1. Robert Bales, *Interaction Process Analysis*, Cambridge, Addison — Wesley, 1950.
2. Talcott Parsons, "The Point of View of the Author", em *The Social Theories of Talcott Parsons*, publicado sob a direção de Max Black, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1961, p. 342.
3. É principalmente em *The Structure of Social Action*, numa nota no fim do capítulo XVII, que Parsons discute as categorias de Tönnies.
4. "The Professions and Social Structure", em *Social Forces*, 17 (maio, 1939), 4. Igualmente em *Essays in Sociological Theory*.
5. *The Social System*, cap. X.
6. "Some Problems of General Theory in Sociology", em *Theoretical Sociology: Perspectives and Developments*, sob a direção de John C. McKinney e Edward A. Tiryakian, Nova Iorque, Appleton-Century-Crofts, 1970, p. 29.
7. Para facilitar a compreensão do exposto, seguiremos o exemplo de Parsons que costuma apresentar seus paradigmas sob a forma de quadros de dupla entrada.
8. É em *Working Papers in The Theory of Action*, caps. 3 e 5, que encontramos as mais detalhadas explicações fornecidas por Parsons.
9. Em 1960, requintou ainda mais sua análise das relações entre variáveis estruturais e funções do sistema de ação no seu artigo "Pattern Variables Revisited: A Response to Robert Dubin", *American Sociological Review*, 25 (agosto, 1960), 4, pp. 467-483. Este artigo encontra-se também em *Sociological Theory and Modern Society*, cap. 7.
10. P. Sorokin, *Society, Culture and Personality: Their Structure and Dynamics*, Nova Iorque, Harper and Brothers, 1947.
11. Parsons explicou o emprego que se faz da teoria cibernética principalmente em *Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives*, cap. 2.

### CAPÍTULO III

## Sistema social e sociedade

O capítulo precedente apresentou a teoria geral da ação porque ela constitui o núcleo central da obra de Parsons. Vimos que a intenção de Parsons é fazer da teoria geral da ação um modelo bastante largo, situando-se em nível de universalidade alto o bastante para ser aplicável a todas as ciências cujo objeto é a ação humana, sob esta ou aquela forma.

Isto posto, podemos então abordar a teoria sociológica propriamente dita. Para permanecermos fiéis ao pensamento de Parsons é preciso começarmos por situar a sociologia na teoria geral da ação e nas suas relações com as outras ciências do homem para, em seguida, analisar mais diretamente o objeto de estudo específico que Parsons atribui à sociologia e ver como se propõe a analisá-lo<sup>1</sup>.

#### 1. A SOCIOLOGIA E AS CIÊNCIAS DO HOMEM

Parsons define como objeto de estudo da sociologia *a ação social como ele a entende, sob a forma particular que ela toma no sistema social*. Significa isto que no quadro do sistema de ação, o campo de estudo da

*sociologia é a função de integração à qual corresponde o sistema social*. Assim, adotando como ponto de partida o sistema geral da ação, atribui-se à sociologia um objeto específico determinado que a distingue de todas as outras ciências do homem.

Ao tempo em que confere à sociologia sua singularidade, a teoria geral da ação define suas relações com as outras ciências do homem. A ação humana ultrapassa o quadro estreito do subsistema social: implica a participação do organismo biológico e neurológico; supõe a intervenção da personalidade psicológica do indivíduo ou dos indivíduos; postula a existência de um universo de símbolos, de normas e de valores de que compartilham os sujeitos-atores, que, ao mesmo tempo, os ultrapassam. Apenas uma disciplina que Parsons denomina "enciclopédica" poderia cobrir todos os aspectos da ação humana. Mas tal disciplina seria necessariamente imperialista, pois sua ação seria a de unificar, a partir de um mesmo quadro conceitual ou teórico, o conjunto dos conhecimentos sobre toda a ação humana. Desde o início de sua obra, Parsons rejeita para a sociologia, como para todas as outras ciências sociais, a pretensão de dominar as ciências humanas, isto é, de gozar de um *status* superior que lhe daria uma capacidade explicativa mais extensa que a das demais.

Parsons sempre manteve um igualitarismo severo entre as ciências sociais. Cada uma delas, psicologia, sociologia, economia, ciência, política, antropologia, aborda apenas um aspecto da ação social. Nenhum deles é mais fundamental que os outros, pois cada qual é igualmente necessário ao conhecimento e à explicação da realidade concreta. Cada uma dessas disciplinas é, portanto, uma ciência particular, cujo conjunto constitui a ciência da ação. Uma distinção analítica é essencial entre as diferentes disciplinas, se quisermos evitar a confusão das diferentes dimensões da ação de que as ciências foram vítimas tantas vezes. Porém, é preciso ao mesmo tempo sustentar com igual firmeza que a ação é uma unidade global, analiticamente diferenciável, mas concretamente una. Conseqüentemente, todas as ciências do homem estudam um mesmo objeto concretamente unificado, o que as obriga a conservar entre si fronteiras constantemente abertas. Nenhuma das ciências do homem pode trancar-se em si mesma como não pode, tampouco, dominar.

Um *status* de superioridade para uma delas, qualquer que seja, parece a Parsons um erro teórico e metodológico. A igualdade das diversas ciências do homem provém de terem cada uma delas uma perspectiva restrita sobre a ação humana, sendo por conseguinte complementares entre si e derivadas todas de um mesmo quadro conceitual. Abordamos aqui uma das posições mais fundamentais de Talcott Parsons, a partir da qual se explica toda a sua obra, tanto sociológica como psicológica, econômica e política. Posição esta que Parsons adotou desde os primórdios de sua carreira intelectual, não tendo em vista a sociologia e, sim, a economia. Nos primeiros artigos que publicou de 1928 a 1935, bem como na sua

tese de doutorado na Universidade de Heidelberg, um dos problemas capitais que então o interessavam foi o dos aspectos não-econômicos do processo econômico que os economistas tendem a deixar à margem de sua disciplina. Nos séculos XVIII e XIX a economia política teria podido tornar-se a ciência social enciclopédica. A isto se negou porque na sua formulação clássica quis explicitamente ocupar-se apenas de um tipo de ação humana, o procedimento econômico racional. Tudo o que não correspondia a certos critérios de racionalidade era considerado como não pertinente; a teoria econômica clássica esforçava-se em manter fora de seu campo de investigações, com a ajuda de certos postulados e de certos axiomas que declaravam "constante" tudo que não decorresse de seu discurso.

Parsons está convicto de que o mesmo raciocínio se deve aplicar às outras ciências do homem. Cada uma delas deve, como a ciência econômica, evitar a tentação do enciclopédismo e reconhecer como seu campo de análise apenas um aspecto particular da ação humana. Cada uma das ciências sociais encontrará assim sua especificidade dentro de fronteiras claramente estabelecidas. Neste particular, a economia política deve servir de modelo às outras ciências do homem.

Por outro lado a economia clássica caiu no erro de querer ignorar, depois de o ter declarado "constante", tudo o que ficava à margem de seu campo de análise. Esta atitude, que se poderia pleitear quando a ciência econômica era, a bem dizer, a única ciência do homem, hoje em dia é insustentável. Ainda conservando a autonomia de cada ciência do homem, é preciso explorar sistematicamente os laços que as unem entre si. Isto só se poderá realizar admitindo um denominador comum a todas as ciências do homem: eis o que Parsons se propõe com a teoria geral da ação.

## 2. A INTERAÇÃO SOCIAL

Já dissemos anteriormente que o objeto de estudo da sociologia é, segundo Parsons, a ação social sob a forma particular que ela toma no sistema social. Esta formulação exige explicações. Qual é esta forma particular?

A característica do sistema social é ligar entre si uma pluralidade de atores, é ser antes de mais nada uma rede de relações interindividuais e intergrupais. Em outras palavras, no sistema social considera-se a ação dos atores do ângulo específico de sua relação com os "objetos sociais"

*de seu meio, isto é, do ângulo de sua interação com os outros atores.* Nesta perspectiva, os objetos físicos ou objetos simbólicos ou culturais não pertencem propriamente ao sistema social: tornam-se fatores exteriores que condicionam ou determinam a interação dos atores.

Note-se desde já que os atores do sistema social não são sempre pessoas individuais. São também grupos, coletividades, como por exemplo uma aldeia, uma região, uma classe social, uma nação. Assim é permitido estender a aplicação do esquema parsoniano de interação a todos os níveis da realidade social e ultrapassar o nível exclusivo das relações interpessoais.

A interação social supõe três elementos. De saída, é preciso que haja entre os atores expectativas recíprocas. Se tomamos como ponto de referência a perspectiva de um ator particular, ego, ele espera que o outro ou os outros atores, simbolizados aqui por alter, adotem tal ou qual conduta, levando-se em conta as circunstâncias em que se encontram, o que ego é para alter e alter para ego, etc. Ao mesmo tempo, ego sabe que alter também nutre a seu respeito expectativas pertencentes ao mesmo contexto. As expectativas recíprocas existem devido às normas e valores — é o segundo elemento — que regem ou se supõe que rejam o procedimento dos atores. Ego e alter podem recorrer às mesmas normas ou a diferentes, pouco importa; o essencial é que ego saiba quais as normas que orientam alter e que alter conheça as normas que orientam ego. Sendo assim, ego pode esperar esta ou aquela conduta por parte de alter porque, devido às regras de conduta que conhece, pode prever que alter deve proceder de certa maneira em tal situação. Enfim, o terceiro elemento que concorre para a interação são as sanções. Ego e alter dispõem ambos de "recompensas" e "punições" que se aplicam mutuamente conforme o outro responda ou não às expectativas.

A noção de papel, pelo menos como a compreende Parsons, é formada por estes três elementos. Parsons a encontra na literatura americana das ciências sociais, mais precisamente da sociologia, da antropologia e da psicologia social. George H. Mead, principalmente, fez dela a noção-chave de sua análise das relações entre pessoa e sociedade, o que explica em parte seu uso intenso por todos os sociólogos americanos de todas as tendências. Transposto para a sociologia parsoniana, o papel refere-se a uma definição institucionalizada, explícita ou implícita, das expectativas, normas e sanções que condicionam o comportamento de um ator, em consequência da posição que ocupa na estrutura social. Como exemplo, temos expectativas, normas e sanções aplicáveis à conduta daquele que ocupa a função de pai de família, numa sociedade dada.

Para Parsons, é sempre em e através de um papel que ego está em interação com outros atores que, por sua vez, estão em interação com ele, ego, em e através de papéis. A interação implica necessariamente atores-em-papéis, pois é somente nos papéis e através deles que é possí-

vel a relação entre atores. O que se chama uma instituição, no sentido concreto do termo, nada mais é definitivamente que uma pluralidade de papéis complementares e coordenados, por exemplo: a família, a escola, a fábrica.

Sobre esta interdependência de papéis é que repousa o que Parsons chama "dupla dependência" (*double contingency*). O comportamento de ego depende, em parte, do que ele pensa que alter espera dele e das sanções que alter pode impor-lhe. Ao mesmo tempo, o comportamento de alter também é condicionado pelas expectativas que pensa conhecer ou perceber em ego para com ele. No caso extremo, a dupla dependência poderia teoricamente conduzir à total inação de ego e alter, caso não fosse característica do papel definir e explicitar as expectativas tornando assim a dupla dependência um princípio de ação ao invés de fazê-la permanecer um fator de inação.

Salientemos que, afinal, a interação de que fala Parsons é essencialmente uma troca. É troca de informações sobre as expectativas recíprocas. Troca também de sanções e, daí, de gratificações ou de frustrações. Constatamos muitas vezes o quanto a noção de troca na interação, em todos os níveis em que se encontra no sistema social, é importante na sociologia parsoniana.

### 3. O SISTEMA SOCIAL E SEU MEIO

Tendo definido o sistema social pela interação que o especifica entre os outros subsistemas da ação, passemos agora, para acompanhar Parsons, a adotar um outro nível de análise em que o sistema social é considerado como uma espécie de entidade teórica que seria composta de interações entre os atores de uma coletividade, caso essas pudessem ser abstraídas do conjunto do sistema de ação.

Dentro desta perspectiva, Parsons insiste num ponto central de sua teoria, a saber, que para cada um dos subsistemas, os outros três constituem o que chama de seu meio ambiente. Cada subsistema encontra-se, portanto, em relação de interação e de troca com cada um dos outros três subsistemas. Uma rede de interdependência une os quatro subsistemas, guardando, entretanto, cada um deles uma autonomia suficiente para ser distinguido analiticamente dos outros três.

Por conseguinte, é possível analisar qualquer sistema de ação a partir de cinco pontos de referência diferentes. Em primeiro lugar, pode-se adotar como ponto de referência o próprio sistema de ação; os quatro sub-

sistemas serão então definidos como as categorias a partir das quais seu conteúdo pode ser diferenciado. Em outras palavras, os quatro subsistemas constituem então verdadeiramente o paradigma de diferenciação do sistema de ação. Em seguida, pode-se adotar como sistema de referência cada um dos quatro subsistemas, um de cada vez. Em cada caso, os outros três subsistemas representam o meio ambiente do que foi tomado como ponto de referência.

Nesta perspectiva, tomar o sistema social como ponto de partida para a análise é situar-se no interior do sistema de ação e adotar como meio os três outros subsistemas. Este é o modo de análise preferido por Parsons e é o que seguiremos.

O sistema social, dissemos, corresponde à integração na teoria geral da ação. Constitui o aspecto do sistema de ação que compreende as relações de interação entre as unidades-membros, as exigências de comunicação e de coordenação dela decorrentes, os esforços feitos em todo sistema de ação para criar e manter solidariedades e lealdades, diminuir os conflitos, desencorajar os desvios. Noutros termos, através do sistema social enfatiza-se o que congrega, reúne, ordena os elementos de um sistema de ação.

No quadro do sistema social, tomado como sistema de referência, o sistema orgânico é o ponto de encontro entre, por um lado, os recursos físicos e biológicos aos quais recorre a ação e, por outro lado, o próprio sistema de ação. Nas suas relações com o mundo físico circundante um sistema de ação passa necessariamente pelos sentidos que servem para mediatizar o universo físico e para dar-lhe um significado ou uma utilidade em relação ao sistema de ação. Mais precisamente, o sistema orgânico contribui diretamente para a produção e o consumo de bens ou de objetos para sua transformação em energia útil ao sistema de ação. Eis por que o trabalho ocupa aqui um lugar central; dá-se o mesmo com a tecnologia cuja força contribui para continuar e acrescer a atividade humana ou animal. Para o sistema social, o sistema orgânico é portanto o caminho que leva ao ambiente material, físico, geográfico, biológico e técnico. Por sua vez, o sistema da personalidade centra-se sobre a motivação necessária à ação social. Com efeito, o que o sistema social requer do sistema da personalidade é o conjunto das disposições e tendências que levam os sujeitos-atores a conduzirem-se de modo a favorecer os interesses do sistema social, isto é, no sentido da sociabilidade, das solidariedades necessárias, da interiorização das normas, valores, ideologias. Não é em si mesmo que o sistema social, como é definido por Parsons, concebe esta motivação; ele deve esperar que ela se inscreva no próprio tecido do sistema da personalidade dos atores que participam de um sistema social.

Enfim, o sistema cultural fornece o que Parsons chama de legitimação do sistema social. Através do sistema cultural, o sistema social retira

do universo dos valores e normas os que concorrem para fundar solidariedades e lealdades, para assegurar seu domínio e para garantir ao sistema social uma estabilidade pelo menos relativa no tempo.

Não é preciso nos determos ainda mais neste jogo de inter-relações. Lembremos apenas que é nelas que repousa o postulado de base de Parsons sobre a complementaridade da socialização e da institucionalização ou a reciprocidade das perspectivas de onde resultam a interpenetração do psíquico e do social e finalmente a unidade do sistema de ação.

#### 4. UMA DISTINÇÃO DE NÍVEIS

O mesmo modo de análise, segundo os quatro subsistemas, aplica-se à organização interna do sistema social. Considera-se, então, o sistema social não mais como um subsistema, mas como um sistema de ação que, por sua vez, contém quatro subsistemas correspondentes à adaptação, à consecução de objetivos, à integração e à latência. Entretanto, chegando a este ponto, Parsons acha mais útil *mudar o nível de análise. Em vez do sistema social, é a sociedade que ele considera e é ela que dissecar em subsistemas.* Não nos esqueçamos desta distinção pois ela tem grande importância:

Com efeito, o título do presente capítulo, sistema social e sociedade, não é nem um pleonasma nem uma redundância. Ao contrário de muitos sociólogos que empregam indiferentemente estes dois termos um pelo outro, Parsons propõe uma nítida distinção entre sistema social e sociedade, distinção que se torna central em sua sociologia. Caso não seja ou reconhecida ou compreendida, inúmeros textos de Parsons permanecem obscuros ou parecem contraditórios.

O conceito de sistema social, como o entende Parsons, tem uma conotação específica e restrita. O sistema social significa o conjunto das redes de interações pelas quais dois ou mais atores estão em relação uns com os outros; se influenciam, atuam coletivamente de todos os modos possíveis. Assim definido, o conceito de sistema social é um instrumento de análise: corresponde a uma maneira de perceber o real; não é, porém, o equivalente conceitual de uma realidade concreta. A noção de sistema social situa-se num plano exclusivamente analítico ou abstrato: é uma categoria da teoria geral da ação. O sistema social de Parsons situa-se no mesmo nível de abstração que o sistema geral da ação, já que dele é um dos componentes. Trata-se, portanto, de uma noção que Parsons emprega na ordem analítica e heurística.

Um dos postulados essenciais da teoria parsoniana supõe que a noção de sistema social possa ser utilizada para a análise de todas as formas e de todas as dimensões de grupos, de coletividades, de instituições concretas, de associações e de movimentos. Assim pode-se fazer a análise de uma empresa industrial, de uma universidade, de uma classe social, de uma sociedade global como sendo um sistema social, isto é, supondo que cada uma dessas realidades possua as características de um sistema social.

A noção de sociedade, contrapondo-se à noção de sistema social, faz referências a realidades concretas. Quando Parsons fala em sociedade, refere-se precisamente a uma coletividade existente, que se pode circunscrever, identificar e localizar. Mais precisamente ainda, entende por sociedade o tipo particular de coletividade que a sociologia francesa chama de "sociedade global", quer dizer, uma coletividade bastante completa em si mesma para que seus membros nela encontrem satisfação de todas as necessidades individuais e coletivas e possam viver completamente nos seus limites. Pode-se empiricamente identificar uma sociedade global a um país, uma nação, às vezes mesmo a um império e até a uma civilização.

Entre as duas noções, sistema social e sociedade, existe para Parsons uma importante distinção de nível de análise. A noção de sociedade faz referência direta a uma realidade concreta identificável. A noção de sistema social é um instrumento de análise aplicável a uma vasta gama de coletividades de todos os tamanhos e de todas as naturezas.

Lembremos um ponto importante. Nos trabalhos de Parsons, a noção de sociedade, como a do sistema social, não envolve a cultura. Por conseguinte, quando dizemos que a sociedade definida por Parsons equivale à noção de sociedade global usada pelos sociólogos franceses, não somos inteiramente exatos. A maioria desses sociólogos empregará a noção de sociedade global para significar, ao mesmo tempo, o universo simbólico e normativo da cultura e as interações e instituições sociais. Parsons limita a estas últimas sua noção de sociedade.

Se bem interpretamos Parsons, pode-se dizer que distingue três níveis de abstração. O primeiro é o do esquema conceitual da teoria geral da ação com seus quatro subsistemas funcionais: a adaptação, a consecução dos objetivos, a integração e a latência. Este é o nível mais abstrato, o mais geral, pois é válido para qualquer sistema de ação, qualquer que seja sua natureza. O segundo nível de abstração é aquele em que Parsons distingue no sistema da ação quatro subsistemas: o orgânico, o da personalidade, o social e o cultural. Enfim, o terceiro nível de análise é o dos conceitos que correspondem a realidades concretas. É o caso da noção de sociedade que, como veremos, se subdivide, por sua vez, em subsistemas. O quadro 5 resume esses três níveis no paradigma habitual, acrescentando a análise que vamos encetar, guiados por Parsons, da organização interna e do funcionamento da sociedade.

## 5. OS SUBSISTEMAS DA SOCIEDADE

Ao aplicarmos à organização interna da sociedade global o modelo analítico do sistema de ação, aí encontraremos os quatro subsistemas aos quais, entretanto, correspondem novas realidades. A adaptação torna-se na sociedade o conjunto das atividades que dizem respeito à produção e à circulação dos bens de consumo. O trabalho é a principal maneira pela qual este tipo de sistema se relaciona com seu meio, procura utilizá-lo, dele beneficiar-se e nele sobreviver. No quadro da sociedade global, a adaptação corresponde pois a todas as atividades que constituem a *economia* ou o subsistema econômico. No sentido usado por Parsons a função econômica ultrapassa as estruturas e instituições exclusivamente econômicas, embora seja principalmente nelas que se concentra.

A consecução dos objetivos torna-se na sociedade global a procura de objetivos coletivos e a mobilização dos atores e recursos da sociedade na perseguição desses objetivos. A isto é que Parsons chama o *político*. Saliêntemos que Parsons emprega o termo em sentido muito geral para significar todas as formas de tomada de decisão, de organização e de mobilização dos recursos do sistema. O político assim entendido se encontra tanto numa empresa, numa administração, num movimento, quanto no próprio Estado.

QUADRO 5

Três níveis de abstração e os subsistemas da sociedade

	A		G	
1. Adaptação	3. O organismo biológico	3. A personalidade		1. Consecução dos objetivos
2. Sistema orgânico				2. Sistema psíquico
1. Latência	3. A cultura	Economia	Político	1. Integração
2. Sistema cultural		3. A sociedade		2. Sistema social
	L		I	

1. = Primeiro nível de abstração.  
 2. = Segundo nível de abstração.  
 3. = Terceiro nível de abstração.

O que é latência no sistema social de ação torna-se na sociedade global o conjunto da rede de *socialização* dos membros da sociedade, pelo qual a cultura é proposta e transmitida aos sujeitos-atores, interiorizada por eles, para tornar-se um fator importante da motivação de seu comportamento social. É principalmente na família e no sistema de ensino que esta função se concentra, embora seja encontrada onde quer que se exerçam atividades educadoras, nos meios de comunicação de massa, sindicatos, partidos políticos, etc.

Enfim Parsons dá à integração do sistema de ação o nome de *comunidade societária* quando é encontrada na sociedade. Compreende ela o conjunto das instituições que têm por função estabelecer e manter as solidariedades que uma sociedade pode exigir entre seus membros. São as instituições que estabelecem os modos de coordenação necessários a um funcionamento social que não seja por demais caótico nem conflituoso. A comunidade societária é a sede dos controles sociais, mas é também tanto um princípio de adesão quanto um de coerção. Na sua forma mais estruturada, a comunidade societária é representada pelo direito e instituições jurídicas; em sua forma mais fluida é representada pelos diferentes tipos de solidariedade.

## 6. A COMUNIDADE SOCIETÁRIA

Estas distinções nos levam a tornar mais preciso o objeto de estudo da sociologia, como o concebe Parsons. Quando é adotado como referência o sistema geral da ação, o objeto do estudo da sociologia é a função integrativa. Quando se trata de sociedade global, o campo de conhecimento da sociologia é o mesmo, isto é, a comunidade societária.

Segundo Parsons, a cada um dos quatro subsistemas que compõem a sociedade global deve corresponder uma disciplina particular das ciências sociais. O subsistema de adaptação é o objeto de estudo da ciência econômica; o sistema da consecução dos objetivos, o da ciência política; a latência é o objeto de estudo da psicologia social, mas também pode ser da antropologia ou da psicologia; enfim, o subsistema da comunidade societária constitui o objeto de estudo da sociologia. Percebe-se que é a latência que preocupa Parsons particularmente, pois que não sabe bem a que disciplina atribuí-la.

Quanto à sociologia, Parsons não tem dúvidas. Seu objeto de estudo não é toda a sociedade global, senão deveria englobar a economia, a ciência política, a psicologia social ou antropologia, o que contraria o

princípio parsoniano de igualdade entre todas as ciências sociais. Parsons sustenta que apenas um aspecto da sociedade legitima a existência da ciência sociológica: a integração, isto é, a comunidade societária.

Em certas ocasiões<sup>2</sup>, Parsons parece equiparar a comunidade societária à noção de solidariedade de Durkheim e aos dois tipos de solidariedade, mecânica e orgânica, que este último tinha distinguido. Com efeito, a comunidade societária é formada pelo conjunto dos laços que unem os atores de uma sociedade, que os tornam solidários, dependentes uns dos outros e que asseguram uma coesão pelo menos relativa do conjunto coletivo que eles compõem. Devido a esta definição da sociologia e seu objeto, Parsons situa-se, talvez mais que qualquer outro sociólogo contemporâneo, na tradição durkheimiana. Por outro lado, Parsons de modo mais concreto entende por comunidade societária as instituições, classes sociais, organizações, movimentos sociais, grupos de pressão que reúnem e ligam os membros de uma sociedade e através dos quais defendem seus interesses, satisfazem seus desejos, realizam seus objetivos.

Na sociedade, como em qualquer sistema de ação, os subsistemas são ao mesmo tempo autônomos e interdependentes, de modo que as disciplinas que lhes dizem respeito também são independentes umas das outras, embora interligadas.

Compreende-se que nesta perspectiva seja possível e mesmo necessário distinguir diversas ciências sociais; a par disto elas têm entre si ligações que não devem ser omitidas nem negligenciadas. As ciências sociais têm as mesmas relações de independência e interdependência que os subsistemas no interior da sociedade.

Vemos aqui como Parsons é finalmente levado a conceber da sociologia uma imagem mais restritiva que a maioria dos sociólogos, tanto europeus quanto americanos. Foi ele certamente quem levou mais a sério a necessidade de esclarecer a confusão que reina entre as ciências do homem. Ao mesmo tempo ele insiste, igualmente mais que qualquer outro sociólogo, sobre a unidade das ciências sociais, os liames necessários que as aproximam, sua interpenetração no quadro geral de referência com o qual todas elas se relacionam e que fundamenta ao mesmo tempo o que as distingue e o que as reúne.

## 7. O SISTEMA DE TROCAS

Como sistema de ação, a comunidade societária que o sociólogo estuda goza de uma autonomia relativa: mantém continuamente uma

rede de fronteiras que a distingue dos outros sistemas que a cercam. Ao mesmo tempo, a comunidade societária é um sistema aberto que mantém relações de interação com o seu meio. A sociedade está em comunicação perfeita com os três sistemas que constituem seu ambiente imediato: a economia, o político e as instituições de socialização. Uma rede completa de trocas se estabelece entre cada um desses quatro sistemas.

Parsons focaliza principalmente dois aspectos que julga essenciais nesta rede de trocas. Em primeiro lugar, influenciado pela teoria econômica, principalmente pela de Leontieff, Parsons acredita poder reduzir a troca entre cada par de sistemas a um quadro de *input-output*. Cada sistema recebe de cada um dos três outros, elementos que são essenciais a seu funcionamento (*input*); oferece-lhes em troca "produtos" de sua atividade (*output*). Parsons leva mesmo mais longe a analogia com as trocas econômicas; entre dois sistemas, há, segundo ele, sempre uma dupla troca: troca de *fatores de produção (input)*, troca de *produtos (output)*. Cada subsistema da sociedade aparece assim como um empreendimento especializado na produção de atividades satisfazendo certas necessidades específicas, atendendo a uma espécie de mercado em que cada subsistema troca o fruto de seu trabalho pelos produtos dos outros subsistemas.

Em segundo lugar, Parsons salientou a importância teórica dos meios de troca num sistema como este. Não é possível construir tal sistema sem a existência de símbolos pelos quais a comunicação e a troca se realizem. Como cada subsistema está ligado a uma rede de trocas, Parsons conclui que devem existir quatro meios de troca tendo cada um como base particular um dos quatro subsistemas. Para desenvolver o esquema dos quatro meios de troca, Parsons se inspira aqui também na análise econômica. A *moeda* serve-lhe de modelo, pois suas funções de troca já foram bastante estudadas na economia política. Mas Parsons acrescenta a esta análise uma perspectiva nova e original. Começando, ele define a moeda como a relação pela qual a economia se prende à sociedade, tornando-se dela um subsistema, graças à rede de trocas que a moeda permite manter com os outros subsistemas da sociedade. Em seguida ele acentua o caráter simbólico da moeda que faz com que se apresente como uma verdadeira linguagem. A moeda estabelece o valor de uma coisa, de um serviço; exige uma resposta também expressa em termos monetários. Parsons é, enfim, levado a considerar o conjunto do sistema monetário como um código cujas regras dominam a circulação dos bens e dos serviços.

Foi por ocasião de seus trabalhos de sociologia econômica — de que voltaremos a falar no próximo capítulo — que progressivamente Parsons descobriu os vários aspectos simbólicos da moeda e suas funções na interação entre a economia e os outros subsistemas da sociedade. A partir de então, concluiu que se deve logicamente encontrar em cada um dos outros três subsistemas um meio de troca que desempenhasse funções análogas à moeda. Daí vem o seu quadro dos quatro meios de troca.

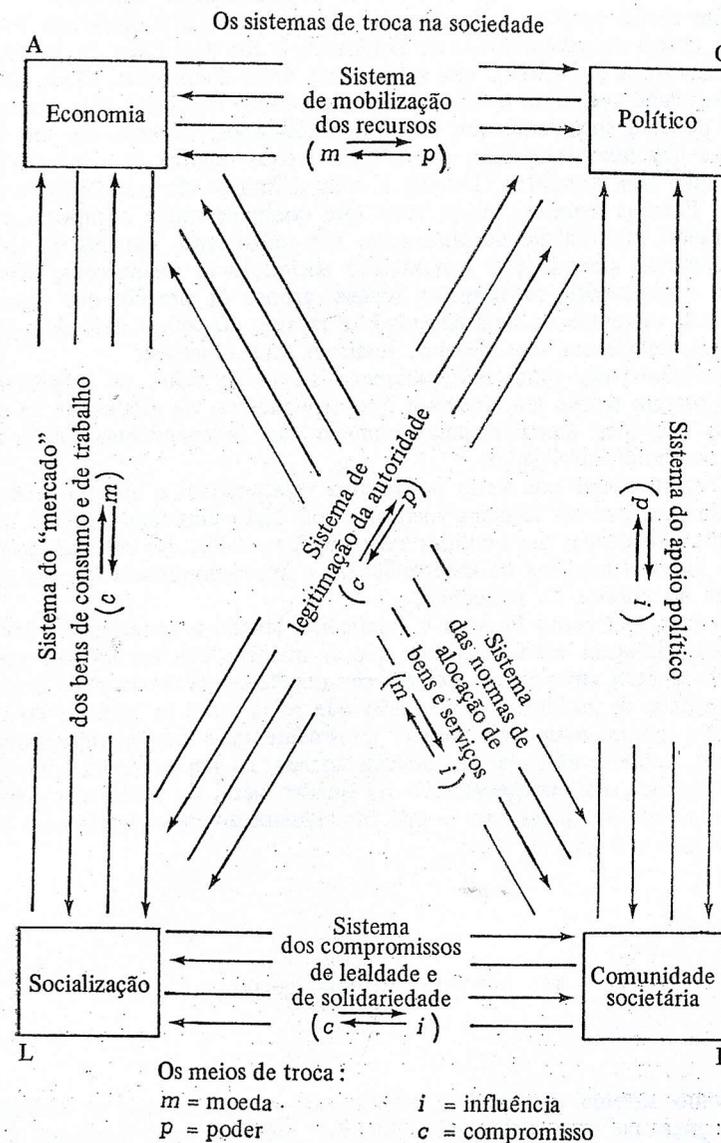
No interior do sistema político, o *poder* aparece a Parsons como o equivalente da moeda. Ele o define como a *capacidade de obrigar os atores de uma sociedade a cumprir as obrigações que lhes são impostas pelas metas coletivas, de modo a poder mobilizar os recursos da sociedade em vista da obtenção dos fins propostos*. O poder assim definido distingue-se da autoridade por ser esta última o local em que se acumula uma massa de poder, de tal forma que o ocupante de um posto de autoridade beneficia-se de uma soma de poder que pode utilizar e fazer circular. O poder a que se refere Parsons não é, portanto, algo estável ou fixo. É, antes, um meio de troca que como a moeda tem um valor simbólico, cujo código pode ser construído e que é posto em circulação nas trocas entre os subsistemas pelo sistema político.

O terceiro meio de troca chama-se em Parsons a *influência*. Tem sua origem no sistema de integração, isto é, na comunidade societária. A influência é a *capacidade de conseguir a adesão, a aprovação ou a lealdade por um exercício de persuasão*. Distingue-se do poder por não ter a capacidade de coerção e por não legitimar o recurso à força. A influência é antes ligada ao prestígio daquele que a detém ou, ainda, ao tipo de solicitação à solidariedade que pode reclamar. Tal como a moeda e o poder, a influência é essencialmente móvel no sentido de provocar uma troca que a desloca e a faz circular. Pode igualmente aumentar ou diminuir, como a moeda e o poder, segundo o uso que dela fazem os que dela se beneficiam, quer sejam pessoas ou grupos.

O último meio de troca é o que Parsons chama de *compromissos* (*commitments*) para com os valores e as normas. É por meio deles que os elementos da cultura se transpõem em realidade social e que entram no circuito das relações de troca. Pode-se, com efeito, considerar teoricamente que cada ator se "comprometa" em conformar seu comportamento a certas normas e valores de uma cultura particular. Devido a isso é que se pode reconhecer que ele pertence a uma sociedade determinada, na qual ele próprio encontra a sua integração. Tendo assumido os compromissos que o integram numa sociedade, o ator pode, de certo modo, usá-los como garantia de que precisa ou que pode desejar, para adquirir a influência, o poder e a moeda circulante na sociedade.

A função desses quatro meios de troca é assegurar a incessante circulação do que Parsons chama os "recursos" dentro da sociedade, isto é, os "fatores de produção" e os "produtos" de cada um dos quatro subsistemas. Este vasto movimento de circulação é que está resumido no quadro 6. Vemos que entre cada um dos subsistemas produz-se uma dupla troca (representada pelas quatro flechas): troca de fatores de produção nos dois sentidos, troca de produtos nos dois sentidos. Esta dupla troca constitui em cada caso segundo os termos usados por Parsons um "sistema de troca" que se pode designar de um modo assaz preciso. Além do mais, cada sistema de troca supõe o emprego de dois meios de troca

QUADRO 6



que têm origem nos dois subsistemas em questão. Assim tomando um exemplo no quadro 6, no sistema de trocas que Parsons chama de "mobilização de recursos", o político (que é preciso não reduzir erroneamente ao Estado) é depositário de um poder que ele utiliza de muitos modos para manter ou aumentar a produtividade da economia; beneficia-se, por sua vez, dos bens e serviços produzidos pela economia e participa de sua alocação entre os membros e grupos da sociedade.

Tomaria muito tempo a explicação de cada um dos cinco outros sistemas de trocas do quadro 6. Teremos ocasião de revê-los mais detalhadamente no próximo capítulo.

Acrescentemos apenas que Parsons chama este vasto circuito de interação e trocas de "dinâmica do equilíbrio social"<sup>3</sup>. Por esta expressão que pode parecer bastante paradoxal, Parsons pretende fazer notar que se pode dizer da sociedade, como se disse do sistema de ação, no capítulo precedente, que está em contínua atividade. O movimento faz parte de sua natureza, sobretudo porque é essencialmente feita de interações. O movimento de que se trata aqui toma duas formas: as próprias trocas em si e a cadeia sem fim de adaptações e readaptações resultantes das perturbações que acompanham as trocas. Teoricamente pode-se imaginar um sistema social sem perturbações: para alcançá-lo seria preciso um equilíbrio perfeito nos seis sistemas de trocas. Na prática isso é mais ou menos impossível pois a troca introduz quase inevitavelmente modificações ou perturbações em um ou outro dos sistemas estruturais.

Vemos, portanto, que o equilíbrio, como já fora afirmado, não é para Parsons nem uma realidade nem uma aspiração. É, na verdade, um procedimento heurístico, um ponto de referência teórico, útil na observação dos movimentos do sistema de ação.

## 8. AS MUDANÇAS DE ESTRUTURA

A dinâmica do equilíbrio social é, na verdade, um processo de não-modificação. Descreve o modo de funcionamento de qualquer sociedade, sem que esta experimente necessariamente mudança de estrutura. Faz-se preciso, portanto, não confundir esta dinâmica com a mudança social. Na sociologia parsoniana esta última se apresenta sob duas formas bem distintas: a forma chamada por Parsons de mudança de estrutura e a de evolução a longo prazo.

A mudança de estrutura se caracteriza por modificações bastante importantes na organização e funcionamento de uma sociedade, ou de uma subestrutura ou de um subsistema numa sociedade para fazê-los passar de um tipo social a outro, ou de uma categoria social a outra. É o caso, por exemplo, da passagem da sociedade tradicional à sociedade industrial, da feudal à burguesa, da capitalista à socialista.

A primeira questão que se coloca é a das fontes de mudança de estrutura. Parsons pensa ser útil distinguir as fontes de mudança exteriores à sociedade, das que lhe são internas. Os fatores exógenos podem ser de diferentes ordens. Mencionemos, por exemplo, modificações genéticas do organismo, transformações do meio físico ou do clima, mudanças na tecnologia. Na sua análise da divisão do trabalho, Durkheim salientara a influência do fator demográfico sobre o que ele chamava de densidade moral, que por sua vez é um fator propício à divisão do trabalho.

Os sociólogos, no entanto, mostram-se por demais inclinados a restringir os fatores exógenos a fontes de mudança do tipo das que acabamos de enumerar. Parsons acrescenta, por seu lado, que para um sistema dado, considerado como ponto de referência, será também preciso considerar como fatores exógenos as mudanças produzidas nos outros sistemas que formam o meio. Por exemplo, no plano microsociológico, as mudanças que podem dar-se na personalidade psíquica são de natureza a afetar o sistema social. Ou, ainda, mudanças no universo cultural dos valores e símbolos podem influir sobre uma sociedade, mesmo que essas mudanças na ordem cultural não se tenham originado nesta sociedade.

Os fatores endógenos são mais difíceis de circunscrever e de catalogar que os exógenos. Entre os endógenos, Parsons dá importância particular ao papel desempenhado pelas tensões (*strains*) na sociedade. As tensões são as dificuldades internas, contradições, atritos, inadequações que tornam o funcionamento do sistema mais trabalhoso, mais difícil e, por vezes, menos eficaz. Há sempre tensões em qualquer sociedade, sendo que têm um valor positivo já que são fontes de ação e de inovação. Acontece, porém, que estados de tensão não conseguem encontrar uma saída pela qual se exprimir. Dá-se então um crescimento nas reservas de tensão e uma paralisação de energias que se acumulam sem poder ser empregadas de modo positivo. Quando estas reservas se tornam por demais volumosas acabam por provocar de modo mais ou menos violento uma mudança de estrutura.

Se compreendemos bem o pensamento de Parsons, a tensão parece-nos, muitas vezes, uma reação interna aos fatores exógenos de mudança. É em geral pela tensão interna que provocam que os fatores exógenos contribuem para a mudança social. Por exemplo, a mudança tecnológica acarreta inadaptação nas relações de trabalho, provocando tensões que, por sua vez, resultam em mudanças de estrutura. A tensão serve de al-

gum modo para mediatizar a influência dos fatores exógenos e, muitas vezes também, para ampliá-la e prolongar seu alcance no futuro.

Os fatores endógenos e exógenos não acarretam por si mesmos a mudança. Acontece que podem estar presentes sem que haja mudança de estrutura. Isto se dá porque as forças de mudança em ação na sociedade permanecem mais fracas que as forças de equilíbrio do sistema, quer dizer, que as forças de controle. Certas condições devem ser preenchidas para que o equilíbrio mude de sentido. A primeira é que a tensão no interior do sistema seja bastante forte para originar e manter a motivação necessária para operar as mudanças. Em segundo lugar é preciso que se desenvolvam mecanismos eficazes para quebrar ou contornar a resistência dos que têm interesse na manutenção do *status quo*. Não sendo assim, diante das forças de oposição e de controle, as tensões correm o risco de só gerar passividade, ou, ainda, formas indiretas e ineficazes de hostilidade. De uma maneira positiva é preciso, em terceiro lugar, que surja claramente um modelo realista e realizável da nova sociedade. Sem ele, as forças de mudança correm o risco de esgotarem-se depressa demais, sem trazer uma ação eficaz. Em quarto, deve aparecer progressivamente um novo conjunto de sanções que recompensem as novas normas e as novas condutas e tendam a deslocar as antigas.

Parsons acrescenta uma última condição: os fatores de mudança devem alcançar a maior altura possível na escala da hierarquia cibernética, quer dizer, normalmente até a altura dos símbolos e valores. Aí é que se encontram as mais poderosas forças de controle. Por conseguinte, quando o universo de valores não é atingido pelas tensões e não está comprometido com as forças de mudança, é provável que as resistências às mudanças sejam vitoriosas. Neste universo de valores é que os novos modelos e as novas sanções devem haurir sua inspiração, como o haviam feito sanções e modelos antigos.

A mudança de estrutura constitui uma das respostas possíveis às tensões crescentes numa sociedade. Se as condições propícias à mudança não forem satisfeitas, a sociedade toma outros caminhos. As forças de controle podem, às vezes, conseguir dissolver as tensões por simples processo de equilíbrio, isto é, modificando suficientemente a ordem existente, para enfraquecer o impacto dos fatores de mudança sem transformar profundamente a sociedade. Ou, ainda, os fatores de mudança podem ser negados e as forças de mudança contidas, com o risco de reaparecerem sob outras formas e, por vezes, com mais poder. Também é possível isolar as forças de mudança tornando-as inofensivas para o resto do sistema, segregando-as quando evitáveis. Enfim, quando as tensões são muito fortes, porém não conseguem estabelecer as mudanças esperadas, a sociedade pode acabar por desaparecer como entidade autônoma, desorganizar-se, fundir-se com outra ou deixar-se conquistar por outra.

Eis como, em resumo, Parsons aborda a mudança social. Não lhe concede na sua teoria o lugar central desejado por muitos críticos. Seria, porém, uma injustiça dizer que ele não se preocupou com a mudança social ou mesmo que a negou. Há até em Parsons um neo-evolucionismo que aparece principalmente nos seus últimos trabalhos. Em verdade, a evolução a longo prazo parece-lhe ser simplesmente uma outra forma de mudança de estrutura.

## 9. EVOLUÇÃO DAS SOCIEDADES

Parsons sofreu a influência dos precursores da sociologia cuja abordagem era geralmente evolucionista ou histórica, quer se trate de Durkheim, Spencer, Weber, Sombart ou Marx. Sob sua influência, preocupou-se com o problema da evolução das sociedades no correr dos tempos, das fases que as civilizações atravessam e dos grandes movimentos que oscilam através da história. É também no seu convívio que Parsons convenceu-se de que sua tarefa era prematura, pois que não possuíam o quadro conceitual e teórico que lhes teria permitido distinguir as grandes linhas da história e as fases principais da evolução humana e social. Parsons então consagrou a primeira parte de sua obra à elaboração do esquema teórico com o qual pensa estar agora mais bem armado para reconsiderar as teses evolucionistas dos primeiros sociólogos.

Parsons explica a evolução a partir de duas grandes leis: uma lei geral da evolução que delineia seu princípio e a da hierarquia cibernética que lhe indica a direção.

Sua lei geral da evolução inspira-se na biologia que, de todas as ciências do homem, foi a que mais avançou na análise da evolução e de seus fatores. Na biologia é que se elaboraram as teorias evolucionistas do século XIX e é ainda nesta ciência que mantiveram seu avanço principalmente em relação às outras ciências humanas. Segundo Parsons, não existe dificuldade em buscar na biologia a lei geral da evolução, pois existem certos denominadores comuns entre os princípios que presidem à evolução dos organismos e os da teoria geral da ação. Em particular, observa-se na história social, como na história dos organismos vivos, que os sistemas que sobreviveram e que mais se desenvolveram demonstraram ter uma aptidão maior que os outros para se adaptarem a seu am-

biente e às mudanças de seu meio. A capacidade de adaptação é um dos grandes princípios de qualquer vida, seja ela vegetal, animal, psíquica ou social. Um sistema, qualquer que seja sua natureza, sobrevive, desenvolve-se e progride na medida em que conserve uma capacidade sempre renovada de adaptação ao meio e a situações novas. *Capacidade de adaptação generalizada*, eis o princípio fundamental da evolução.

Esta capacidade se refere, por sua vez, aos dois grandes processos de toda mudança, diferenciação e integração. Uma sociedade progride na medida em que se diferencia cada vez mais, de modo a poder corresponder a todas as suas necessidades da maneira mais completa e mais perfeita. Ao mesmo tempo, é porque se diferencia que deve criar novas modalidades de integração para coordenar os elementos novos e mais numerosos que a compõem. Uma diferenciação crescente, acompanhada de integração continuada, confere a uma sociedade a adaptação necessária para evoluir segundo suas necessidades e as exigências de seu meio.

Já conhecemos a segunda lei: a da *hierarquia cibernética*. Ela nos ensina que na evolução social a longo prazo, estendendo-se a várias gerações, as mudanças no sistema de cultura constituem as principais etapas de evolução social. Por ser a primeira na escala dos controles a cultura exerce uma influência dominante sobre o sistema social e sobre todos os demais. É nela que se trava a luta. As mudanças que nela se operam têm possibilidade de marcar profundamente e por muito tempo a sociedade.

A partir dessas duas leis, Parsons distingue três estágios principais na evolução social: a sociedade primitiva, a intermediária e a moderna<sup>4</sup>. De acordo com a lei da hierarquia cibernética, é um critério cultural que distingue os três tipos de sociedade. A passagem da sociedade primitiva à intermediária fez-se pelo aparecimento da *escrita*. Representou ela uma revolução muito importante, pois contribuiu para tornar mais estável o universo da cultura. A partir do momento em que foi escrita, a linguagem pôde adotar códigos gramaticais e sintáticos mais rigorosos e enriquecer indefinidamente seu vocabulário. A escrita permitiu ainda cristalizar acontecimentos, idéias, sentimentos e emoções. Graças a ela o homem pode objetivar seu pensamento, externá-lo e fazer dele, de algum modo, um objeto de trabalho. De modo análogo as sociedades humanas puderam volver ao passado em relação a sua história. A tradição oral não podia conservar a lembrança senão de algumas gerações; os arquivos estendem a perspectiva histórica indefinidamente. Enfim, com a escrita a cultura tomou um caráter mais estável, desprendendo-se mais do cotidiano de que antes dependia inteiramente. A cultura pôde assim tornar-se mais autônoma do acontecimento, mais independente da conjuntura e, por conseguinte, afirmar-se como um sistema em si mesma. A escrita

operou uma diferenciação mais nítida entre a cultura e os outros sistemas de ação, o que não pode ser, segundo Parsons, senão um índice de desenvolvimento.

A passagem da sociedade intermediária para a moderna foi marcada pelo aparecimento do *direito*, de instituições jurídicas como os tribunais e de regras processuais estritas. O aparecimento do direito teve também como consequência o acréscimo da estabilidade e da permanência da cultura. O direito define de modo rigoroso as regras e normas de conduta, especifica os valores nas aplicações concretas, institucionaliza idéias, princípios, ideais. Com a existência do direito, os costumes ficam menos vulneráveis a influências a curto prazo, menos ligados a uma conjuntura presente ou ao impacto de acontecimentos particulares. Na medida em que o direito se codifica e em que a jurisprudência toma corpo, a cultura se exprime de modo mais rigoroso em regras escritas cuja interpretação depende de agentes oficiais restringidos por normas processuais, eles também.

A evolução social parece portanto ser para Parsons a afirmação progressiva da cultura na vida humana e social; está ligada ao progresso de um sistema cultural mais diferenciado e, ao mesmo tempo, mais estável cujo conteúdo se enriquece por ser ao mesmo tempo mais abundante e mais diversificado.

Podemos indagar aqui se Parsons não fez um uso por demais limitado de sua lei da hierarquia cibernética. Utiliza dela apenas a hierarquia dos fatores de controle, deixando de lado os de condicionamento. Considerada em sua totalidade e levando em conta o movimento tanto de alto a baixo como o contrário, a dita lei teria provavelmente fornecido a Parsons um modelo mais complexo, capaz de englobar maior número de elementos da realidade. Tal como se apresenta, a teoria evolucionista de Parsons converge surpreendentemente para a de Spencer. Não se pode dizer que Parsons tenha trazido uma contribuição original para o evolucionismo social.

Por outro lado sua tese evolucionista esclarece toda a sua sociologia. É evidente — o próprio Parsons o declara muitas vezes — que a sociologia parsoniana é antes de mais nada centrada sobre as sociedades complexas, isto é, as mais avançadas na evolução social. Com efeito, o quadro teórico que constrói aplica-se a sociedades altamente diferenciadas, nas quais as distinções entre cultura e sistema social, entre religião e política, entre direito e moral afirmaram-se de maneira não equívoca. O paradigma da diferenciação inspirou-se na análise de sociedades complexas e aplica-se, em primeiro lugar, a elas.

Para Parsons, a teoria sociológica só se pôde desenvolver em sociedades avançadas em que os subsistemas são bastante diferenciados para

que se possa prosseguir com a análise. Parsons não se sente atingido pelos que criticam ao seu sistema teórico e conceitual uma aplicação não tão perfeita às sociedades primitivas, faltando-lhe, por conseguinte, univ ersalidade. A seus olhos isto prova apenas que as sociedades avançadas oferecem à sociologia o objeto privilegiado de sua análise e de sua reflexão.

## 10. A SOCIOLOGIA COMPARADA

Entre o evolucionismo e a sociologia comparada há uma estreita relação no espírito de Parsons: a sociologia comparada encontra seu fundamento no evolucionismo. Parsons é de opinião que não se podem comparar sociedades sem situá-las numa escala de evolução que permita dizer que tal sociedade é mais "avançada" que outras. A comparação entre as sociedades toma necessariamente como ponto de referência certa ordem de desenvolvimento no tempo, segundo um esquema evolutivo que estabelece os critérios de comparação.

A sociologia comparada coloca com efeito dois problemas metodológicos. O pesquisador deve, em primeiro lugar, decidir quais as estruturas ou aspectos de uma sociedade que são teoricamente importantes para confronto com as mesmas estruturas e aspectos de outra sociedade. Em segundo lugar deve poder apreciar a importância das diferenças que observa nas estruturas de duas ou mais sociedades. Uma perspectiva evolucionista sobre as sociedades permite resolver este duplo problema indicando os elementos sociais que se transformaram no curso da história e os estágios pelos quais passa a evolução das sociedades. Pelo fato de se descrever uma gênese e uma história, pontos de comparação se estabelecem entre sociedades que se encontram em momentos diferentes no circuito evolutivo.

A relação da sociologia comparada com o evolucionismo é tão importante para Parsons, que considera o estudo comparado como essencial ao caráter científico das ciências do homem. A comparação entre coletividades ou sociedades é, nestas ciências, o equivalente da experimentação em laboratório, nas ciências físicas e naturais. Ao comparar as sociedades no tempo e no espaço, o sociólogo pode fazer variar certos fatores e manter constantes outros, como uma pesquisa num labora-

tório. O estudo comparado faculta o equivalente da manipulação das variáveis, cuja possibilidade é rara nas ciências do homem, mas que se torna assim possível de maneira indireta.

O esquema conceitual que apresentamos até aqui fornece três elementos importantes para a finalidade dos estudos comparados em sociologia. De início, a lei da diferenciação oferece importantes pontos de referência. Uma sociedade mais diferenciada é aquela que é mais avançada na ordem do desenvolvimento geral de seu sistema funcional e estrutural. Por conseguinte, quanto mais diferenças uma sociedade apresenta entre seus quatro subsistemas funcionais, tanto mais está adiantada sobre as outras do ponto de vista do desenvolvimento geral. O paradigma dos quatro subsistemas fornece, portanto, um quadro essencial de pontos de referência à sociologia comparada. Pela primeira vez, o sociólogo não fica no arbitrário ou no impreciso para comparar sociedades. Pode referir-se a um esquema analítico aplicável a qualquer sistema social e a qualquer coletividade. O alto grau de abstração do paradigma autoriza perfeitamente a sua utilização de um modo geral, como o exige a pesquisa precisamente comparativa.

Em segundo lugar, pode-se afirmar que, em princípio, em um sistema concreto de ação (por exemplo, uma sociedade, uma personalidade) os quatro subsistemas não são igualmente importantes. Observa-se que nem todas as sociedades apresentam a mesma ordem ou mesma hierarquia no arranjo dos quatro subsistemas. Por exemplo, a sociedade industrial caracteriza-se por um desenvolvimento e uma proliferação da função econômica, a ponto de assumir esta última uma primazia indiscutível no conjunto da sociedade; aparecem então instituições e estruturas especializadas em vista de única função de produção e de circulação de bens. Poder-se-ia, por outro lado, dar o exemplo das sociedades em que a função política predomina e caracteriza o conjunto do sistema social. Era o caso, em particular, da sociedade egípcia da Antiguidade, inteiramente polarizada pela administração burocrática governamental presidida pelo faraó. O próprio Parsons não elaborou por demais esta possibilidade do emprego do paradigma de diferenciação para fins comparativos. No entanto, focalizou-a bastante, principalmente em relação à sociedade industrial.

O terceiro elemento a que Parsons recorre para fins de estudos comparados é o das variáveis estruturais. E aí ele foi mais explícito. Em *The Social System*, consagra várias páginas na demonstração de como as duas variáveis universalismo-particularismo e desempenho-qualidade fornecem os elementos principais de um quadro geral de análise comparada. Como vemos no quadro 7, o arranjo dessas duas variáveis permite constituir quatro tipos diferentes de sociedades que Parsons ilustra com

casos concretos. E esta tipologia fornece as quatro classes principais de sociedade possivelmente identificáveis através da história<sup>5</sup>.

### QUADRO 7

Tipos de sociedades  
conforme certas variáveis estruturais

	Universalismo	Particularismo
Desempenho	<p>Sociedade que privilegia a realização pessoal, por meio de regras cuja aplicação é independente das pessoas em questão.</p> <p>v. g. os Estados Unidos</p>	<p>Sociedade que privilegia a realização pessoal, segundo regras que levam em conta o contexto específico de relações humanas que se prende a um estatuto particular.</p> <p>v. g. a China clássica</p>
Qualidade	<p>Sociedade em que a ação é guiada por normas universalistas dentro de um sistema social em que o estatuto hierárquico tradicional guarda uma importância predominante.</p> <p>v. g. a Alemanha</p>	<p>Sociedade em que a ação é guiada por normas variáveis conforme o estatuto dos atores e o contexto particular da ação.</p> <p>v. g. a América Latina</p>

Utilizando assim as variáveis estruturais numa perspectiva ao mesmo tempo comparativa e evolucionista, Parsons, de certo modo, fecha o círculo. Através da sociologia comparada, o evolucionismo nos traz de volta ao ponto de partida da teoria da ação, isto é, às variáveis estruturais que são as categorias fundamentais de estrutura de todo sistema de ação. A análise estrutural reencontra a análise dinâmica e nela se integra.

Esta unidade de modelo teórico corresponde perfeitamente à intenção inicial de Parsons. Resta-nos dizer adiante em que medida ela foi efetivamente realizada e, principalmente, a que preço.

### NOTAS

1. Encontramos a exposição da teoria sociológica de Parsons sobretudo nas seguintes obras: *The Social System* (1951), *Essays in Sociological Theory* (2.ª ed., 1949), *Structure and Process in Modern Societies* (1960), *Theories of Society* (1961), *Sociological Theory and Modern Society* (1961).
2. Notadamente no artigo "Systems Analysis: Social Systems", que Talcott Parsons redigiu para a *International Encyclopedia of the Social Systems*, Nova Iorque, Crowell, Collier and Macmillan Inc., 1968, pp. 458-473.
3. "An Outline of the Social System", em *Theories of Society*, vol. 1, p. 60.
4. Parsons apresentou os três estágios da evolução das sociedades em dois volumes: *Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1966; *The System of Modern Societies*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1971. O segundo, que trata do terceiro estágio, o da sociedade moderna, apareceu tarde demais para que possamos incluí-lo em nossa análise.
5. Talcott Parsons, *The Social System*, Glencoe, Illinois, The Free Press, 1951, p. 102 e pp. 180 a 200.